



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS 2018/2019
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

ILIVRIANO JOÃO DA LUZ DELGADO

**Proposta ético-teológica de aperfeiçoamento
da Unidade Letiva1: “A Dignidade da vida
humana” do 9ºAno, à luz do pensamento de
Marciano Vidal**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutor Jorge Teixeira Da Cunha**

**Porto
2019**

Agradeço aos professores e colegas pelo processo de aprendizagem, amizade e entre ajuda.

A minha esposa, Marta Santos o meu profundo agradecimento por me acompanhar em todos os momentos.

ÍNDICE

SIGLÁRIO	7
RESUMO.....	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DE TURMA/ GESTÃO CURRICULAR..	13
1.1. Caracterização da Turma	13
1.2. Gestão curricular.....	18
CAPÍTULO II: “ A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA” ANÁLISE CRÍTICA DA UL1 DO 9º ANO	21
2.1. Marciano Vidal: o seu contexto.....	21
2.2. Marciano Vidal: uma proposta de educação moral	23
2.2.1. Eixos de Análise do pensamento de Marciano Vidal	27
2.2.2. Dispositivo de análise e instrumentos de recolha de dados.....	27
2.2.3. Recolha de dados	29
2.2.3.1. Análise das Metas	29
2.2.3.2. Análise dos Objetivos	30
2.2.3.3. Análise dos Conteúdos	31
2.2.4. Apresentação dos Resultados	33
2.2.5. Interpretação dos Dados.	34
2.2.6. Análise crítica dos dados	35
2.3. Opções pedagógicas-didáticas.....	37
CONCLUSÃO.....	42
CAPÍTULO III: PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	46
3.1. Relevância Educativa	46
3.2. Sequência do processo de ensino-aprendizagem.....	50
3.3. Recursos ou documentos enriquecedores	53

3.4. Instrumentos de Avaliação	54
3.5. Reflexão crítica sobre a gestão do currículo.....	57
3.6. Atividade de enriquecimento Curricular e de integração na comunidade educativa	59
3.6.1. Justificação	59
3.6.2. Planificação	60
3.7. Balanço crítico do desempenho.....	62
Referências bibliográficas.....	65
8. Anexos.....	71
8.1. Documentos da Gestão de Currículo	71
8.1.1. Planificação Anual e por Período	71
8.1.2. Gestão Curricular.....	75
8.2. Sequência do processo ensino-aprendizagem.....	78
8.2.1. Planificação aula a aula da UL1: “A Dignidade da vida Humana”.....	78
8.2.1.1. Planificação da 3º Aula.....	78
8.2.1.2. Planificação da 4º Aula.....	80
8.2.1.3. Planificação da 5º Aula.....	82
8.2.1.4. Planificação da 6º Aula.....	84
8.2.1.5. Planificação da 7º Aula.....	86
8.2.1.6. Planificação da 8º Aula.....	89
8.2.1.7. Planificação da 9º Aula.....	92
8.2.1.8. Planificação da 11º Aula.....	95
8.2.1.9. Planificação da 12º Aula.....	97

SIGLÁRIO

- AEJD** – Agrupamento de Escolas Júlio Dinis
- AMI** – Assistência Médica Internacional
- CDFUE** – Carta dos direitos fundamentais de União Europeia
- CDC** – Código de Direito Canónico
- CEP** – Conferência Episcopal Portuguesa
- CEC** – Congregação para a educação Católica
- CRP** – Constituição da República Portuguesa
- CVII** – Concílio Vaticano II
- DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EMRC** – Educação Moral Religiosa Católica
- EMC** – Educação Moral Civil
- FISM** – Federazione Italiana Scuole Materne
- LBSE** – Lei de bases do sistema educativo
- NEE** – Necessidades de Ensino Especiais
- MUSI** – Medidas universais e seletivas de inclusão
- IVG** – Interrupção voluntária da gravidez
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- PAA** – Plano Anual de Atividades
- PCEDH** - Protocolo à Convenção Europeia dos Direitos do Homem
- PES** – Prática de ensino supervisionada
- PE** – Projeto Educativo
- PIDESC** – Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
- PIDCP** – Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos
- UL1** – Unidade Letiva 1
- UL2** – Unidade Letiva 2
- UL3** – Unidade Letiva 3
- SNEC** – Secretariado Nacional da Educação Cristã
- SDEIE** – Secretariado Nacional de Ensino da Igreja nas Escolas
- RI** – Regulamento Interno

RESUMO

O presente relatório é realizado no âmbito da disciplina de Prática de Ensino Supervisionada e procura analisar a Unidade Letiva 1: “A dignidade da vida humana”. Vamos seguir o pensamento de Marciano Vidal com o intuito de averiguar se, esta UL1 do 9ºAno da Disciplina de EMRC, deve estar presente nas escolas estatais e/ou se é necessário delinear uma proposta de reformulação da mesma.

A EMRC é uma disciplina confiada à Igreja Católica, havendo o risco de confundir com o âmbito da catequese. A sua presença nas escolas estatais, dentro de um Estado de direito, e por apresentar um programa com metas, objetivos e conteúdos prescritivos e catequéticos, gera contestação social e uma consequente escassa adesão das famílias e respetivos alunos.

O intuito deste trabalho é desmistificar estes preconceitos que envolvem a disciplina de EMRC, identificar criticamente as metas, objetivos e conteúdos catequéticos e doutrinários, e propor uma reformulação desta Unidade Letiva que possa transformar a EMRC numa disciplina que inclua todos num único currículo e que não se apresente dependente de uma adesão pessoal a nível religioso ou ideológico.

Palavras Chaves: EMRC; Educação Moral; doutrinação; Catequese; Currículo; Escola estatal;

Abstract

This report is carried out under the discipline of Supervised Teaching Practice and seeks to analyze Unit 1: "The dignity of human life". We will follow the thought of Marciano Vidal in order to find out if this UL1 of the 9th Year of the EMRC Discipline must be present in the state schools and / or if it is necessary to delineate a proposal to reformulate it.

The EMRC is a discipline entrusted to the Catholic Church, which risks confusing it with the scope of catechesis. Their presence in state schools, within the framework of the rule of law, and for presenting a program with goals, objectives and prescriptive and catechetical content, generates social protest and a consequent low adherence of families and their students.

The purpose of this paper is to demystify these preconceptions that involve the discipline of EMRC, to critically identify the catechetical and doctrinal goals, objectives and contents, and to propose a reformulation of this Letiva Unit that transforms the EMRC into a discipline that is expected to include all in a single curriculum and which is not dependent on personal adherence on a religious or ideological level.

Key Words: EMRC; Moral Education; indoctrination; Catechism; Curriculum; State school;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é realizado no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, na Disciplina de Prática de Ensino Supervisionada e em vias para a profissionalização, tendo como ordenador o Doutor Professor Francisco Guimarães e como orientadora cooperante, no núcleo de estágio em Grijó, a Professora Elisa Maria S.F. Tavares. Este relatório final é fruto de um ano de muito trabalho, mas sobretudo de muita aprendizagem. Deste relatório constam instrumentos construídos de raiz, refletidos e aperfeiçoados ao longo do ano.

Na SDEIE, (2014) está prescrito “o docente de EMRC deve ter jeito e gosto pela missão” e, é neste sentido, que afirmo que a minha motivação para a Docência de EMRC surge da minha preferência pela área da Teologia e pelo gosto de ensinar e de fazer aprender. Consciente que somente isto não basta para ser professor de EMRC, procurei adquirir uma vasta competência pedagógica necessária para um melhor desempenho profissional, ou seja, “A capacidade de estabelecer objetivos pedagógicos e de mobilizar os correspondentes conteúdos programáticos; definir estratégias de aprendizagem adequadas e recursos didáticos; elaborar planificações do trabalho a desenvolver com os seus alunos; liderar e interagir com os alunos; um profundo conhecimento do programa oficial de EMRC e a capacidade para o implementar”. Aliada à competência profissional está a eclesial, onde o Professor de EMRC é marcado pelo “testemunho de uma vida cristã coerente e comprometida eclesialmente” e pela “disposição para assumir as orientações diocesanas e nacionais neste domínio do ensino.” (CEP, 2002).

A Disciplina de EMRC tem uma identidade cristã Católica, em que se procura proporcionar à pessoa uma visão cristã do mundo, do homem e de Deus. Ao ser uma disciplina confessional e presente na escola estatal deve apresentar-se com a mesma exigência e rigor que é requerido às demais disciplinas e, para tal, é necessário dotar os docentes de uma ampla formação profissional.

As minhas perceções iniciais em relação à prática de ensino supervisionada (PES), sendo trabalhador estudante, vão no sentido de reconhecer que se trata de um ano de muito trabalho, dedicação e esforço para conciliar as duas atividades, o estudo e a profissionalização. Contudo, as expectativas eram de me capacitar de um bom nível de

profissionalismo, porque até então tinha somente algumas referências e necessitava de aprender a ser um bom professor de EMRC a todos os níveis.

No núcleo de estágio em Grijó foi-me atribuída uma turma do 9º ano em que as unidades letivas prescritas pelo Programa (2014) são:

- “UL1- A Dignidade da vida humana”;
- “UL2- Deus, o grande mistério”;
- “UL3- O projeto de vida”. (Anexo - 8.1.1.)

Escolhi para integrar o relatório da PES a “UL1 – A dignidade da vida humana”, que aborda essencialmente os atentados à dignidade da vida humana, tais como: a eutanásia, o aborto, a discriminação, os preconceitos, entre outros. Esta análise é construída sob a perspectiva de Marciano Vidal e apresenta os constrangimentos encontrados na sua execução, numa linha prospectiva e proativa, com críticas ao currículo prescrito no Programa de EMRC e com propostas de reformulação curricular hauridas do quadro teórico apresentado por este autor.

Este trabalho é constituído por três capítulos: no primeiro capítulo apresento a caracterização da turma e a gestão curricular para o 9º ano, instrumentos que promovem a diferenciação pedagógica e auxiliam o rigor científico do docente. No segundo capítulo pretendo analisar a UL 1: “A Dignidade da Vida Humana” a partir do pensamento de Marciano Vidal. A referida análise versará o escrutínio sobre a presença da dimensão pedagógica e/ou dimensão doutrinal nas metas, nos objetivos e nos conteúdos desta UL1. Após apuradas as devidas ilações delinearei uma proposta teórico-crítica com o intuito de reformular a UL1 pertencente à EMRC, com o objetivo de justificar a sua pertença à escola Estatal. Por último, no terceiro capítulo, incluí as planificações, os recursos ou documentos enriquecedores, instrumentos de avaliação e um balanço crítico do desempenho ao longo do ano letivo.

CAPÍTULO I

Caracterização de turma/Gestão curricular

Neste capítulo, vamos tratar de dois assuntos: a caracterização da turma e a gestão curricular, instrumentos potenciadores da diferenciação pedagógica e do rigor científico do docente. A caracterização da turma visa conhecer o grupo e apurar as suas potencialidades e constrangimentos como turma e de cada aluno para a consecução do processo de ensino-aprendizagem. A gestão curricular confere ao docente autonomia pedagógica e favorece a função de docente reflexivo e ativo, em detrimento da função de mero executor do programa e do manual.

1.1. Caracterização da Turma

ROLDÃO (1995, 8), afirma que em termos genéricos, podemos dizer que se o professor é o gestor do currículo, o diretor de turma é o responsável pela gestão da coordenação curricular e é no aluno que se encontra o motor regulador de todo o processo de aprendizagem. As características, as necessidades e as potencialidades dos alunos funcionam como referência central no modo como se organiza e se implementa o desenvolvimento curricular no terreno.

Neste sentido, a caracterização da turma possibilita o conhecimento do 9ºA e apoia a planificação/execução das aulas e a gestão curricular, com o intuito de conseguir chegar a todos os alunos tendo em conta as suas capacidades, desafios e particularidades, próprias de um ser humano.

A caracterização da turma está estruturada em três momentos essenciais: redação da caracterização da Instituição e do seu enquadramento socioeconómico; construção da caracterização da Turma, na qual apresentamos objetivamente os dados relevantes para a lecionação de EMRC e, conseqüente, leitura crítica dos mesmos e, para concluir, realizamos uma abordagem sobre os dados relevantes para a lecionação.

1.1.1. Caracterização da Instituição

Com o intuito de conhecer a Escola comecei por ler o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas Júlio Dinis (PE)– 2012/2015 e também o Regulamento Interno de 2017 (RI). Deste modo, fiquei a saber que a sede do Agrupamento se localiza em Grijó, numa freguesia do concelho de Vila Nova de Gaia, com 11,46 km² de área e 10 578 habitantes (2011) e com uma densidade de 923 hab/km². A área de influência pedagógica abrange as freguesias de Grijó, Seixezelo (1712 habitantes) e Sermonde (1712 habitantes). O nome Grijó deriva do latim Igriji, que significa pequena igreja. Este nome era relativo às fundações anteriores do Mosteiro de São Salvador, que remontam ao século X.

O Agrupamento de Escolas de Júlio Dinis (PE, 2012/2015, 10) engloba escolas básicas e jardins-de-infância e recebeu o nome Júlio Dinis pelo facto da história do livro “A Morgadinha dos Canaviais” ter decorrido nesta vila. O Agrupamento abrange cerca de 1235 alunos e dispõe de um corpo docente relativamente estável, de aproximadamente 114 professores, bem como um corpo não docente de cerca de 7 assistentes técnicos e 30 assistentes operacionais.

1.1.2. Enquadramento socioeconómico

Segundo o Agrupamento de Escolas de Júlio Dinis (PE, 2012/2015, 9), as famílias que integram os núcleos populacionais deste agrupamento enquadram-se na classe social média e média baixa, verificando-se também, alguns casos de pobreza extrema. As suas profissões incluem-se maioritariamente nos setores terciário e secundário, sendo residual o número de empregos no setor primário.

No que diz respeito aos encarregados de educação dos alunos do 9ºA identificamos sete casos de desemprego, dois trabalhadores por conta própria, uma doméstica e trinta como trabalhadores por conta de outrem.

1.1.3. Caracterização da Turma

Segundo SILVA (2007, 48), a turma surge enquanto grupo para atingir determinados fins, quer os consiga ou não. Estes fins relacionam-se com o ensino-aprendizagem dos alunos relativamente à transmissão cultural e de regras, à aquisição de conhecimentos e competências, sem deixar de lado o fato de que a turma se encontra sujeita a locais e a calendarização fixas. O aluno irá encontrar na turma aspetos como a assiduidade, as regras, tipo de comportamento e de linguagem... que lhe são impostas pelos professores e pelo Regulamento Interno da escola.

A turma do 9ºA é composta por vinte alunos, dos quais dez são rapazes e dez são meninas.

Todos são de nacionalidade Portuguesa. Em termos de idade a média é de 14 anos e as aulas decorrem na sala 22 do Agrupamento de Escolas Júlio Dinis.

1.1.4. Dados objetivos relevantes para a leção de EMRC

Conforme podemos conferir na *Ata nº1, Reunião de Concelho de Turma do 9ºA* (AEJD, 2018/2019, 1-3), todos os alunos são provenientes da turma A do 8º ano, à exceção dos alunos Diogo Oliveira e Gonçalo Dias, alunos retidos do 9ºC. Tendo em conta as informações recolhidas no Plano da Turma do oitavo ano, verifica-se que os alunos realizaram a maioria das aprendizagens com sucesso, obtendo como aproveitamento global a classificação qualitativa de “Muito Bom”. No ano transato, o comportamento da turma foi considerado satisfatório, apesar de terem sido identificadas algumas situações de falta de atenção e conversas cruzadas entre alguns alunos. Ao nível do domínio da Língua Portuguesa, a presente turma apresentou resultados satisfatórios ao nível da compreensão/expressão oral e escrita. Da turma do 9ºA faz parte o aluno Paulo Martins que irá beneficiar de medidas universais e seletivas de inclusão (MUSI), pois possui défice cognitivo, dificuldades na fala e na escrita.

Ao realizar a ficha biográfica, na segunda aula, pude verificar que todos os alunos têm uma opinião positiva sobre a escola que frequentam e referem-se à mesma com as seguintes expressões: “espaço agradável”, “lugar de aprendizagem, de formação e crescimento” e que “tem bons professores”. Da mesma forma, percebi que atribuem considerável importância à disciplina de EMRC, a qual associam ao ensino das religiões

e ao crescimento como pessoa. Outros dados revelados pela ficha biográfica mostram que as expectativas dos alunos passam por usufruir de aulas pautadas por projetos interessantes, debates esclarecedores e temas controversos, com um docente que se apresente ativo, produtivo e amigo. Além destes dados, também consegui apurar que os seus objetivos pessoais para este ano escolar se prendem com a consolidação de novos conhecimentos, a possível integração no quadro de honra e a consequente passagem de ano.

1.1.5. Leitura crítica dos dados

Os dados recolhidos permitem afirmar que a turma é coesa, pois o nível de conhecimento e interação que existe entre os alunos é elevado, o que facilita a consecução de trabalhos de grupo. Os alunos atribuem considerável importância à disciplina de EMRC e demonstram saber a diferença entre EMRC e Catequese. Em resumo a turma do 9ºA apresenta um bom nível de aproveitamento e mostra-se desafiadora para o docente devido aos seus objetivos pessoais ambiciosos.

1.1.6. Decisões a nível microcurriculares

Segundo ROLDÃO (1995, 13), a análise da situação da turma leva sempre à identificação de diferenças entre os alunos que é preciso considerar a nível dos processos de desenvolvimento curricular: diferenças culturais, proveniências sociais e experiências de vida, ritmos de trabalho, tipos de dificuldades de aprendizagem. Tais estratégias diferenciadas serão, naturalmente, diferentes, em cada disciplina, mas deve ser analisado e gerido em comum, o tipo de diferenças a que todos irão prestar atenção, bem como as características gerais e os modos de gerir a aula para trabalhar com grupos diferenciados.

A gestão micro curricular deve passar, à priori, pelas decisões do conselho de turma, pela gestão curricular do diretor de turma e sem descurar as aprendizagens essenciais. Neste âmbito encontramos questões de adequação do currículo face ao nível etário dos alunos ou a situações de diferença cultural ou linguística, por exemplo. E este tipo de

problemas, para além de exigirem a prática de estratégias diferenciadas coloca, para cada caso específico, questões de adequação: como se vai tratar um conteúdo de forma adequada para uma dessas situações, sem deixar de ter em vista as metas pretendidas? Que mudanças se deverão introduzir e que formato didático adotar, de modo a tornar um determinado conteúdo compreensível e significativo para os alunos em causa?

As ilações que podemos retirar quanto ao comportamento dos alunos são:

- Um acompanhamento mais individualizado na sala de aula, incentivar e valorizar a participação nas aulas, valorizar o empenho nas tarefas escolares e incentivar os alunos a exporem as suas dúvidas na aula.
- Estratégias: valorizar os debates esclarecedores de temas controversos, desafios para casa direcionados mais à pesquisa em dicionários e livros, uma vez que nem todos os alunos têm internet fora da Escola.

1.2. Gestão curricular

Segundo ROLDÃO (1999,25), o currículo é decidir o que ensinar, porquê, como, quando, com que prioridades, com que meios, com que organização, com que resultados, essencialmente, é tomar decisões para produzir a aprendizagem pretendida. Com o intuito de distribuir e sistematizar os conteúdos, consultei o calendário escolar e verifiquei que o primeiro período é constituído por 13 aulas, o segundo período integra 12 aulas e que o terceiro período é composto por 6 aulas, perfazendo um total de 31 aulas anuais. Ao longo da gestão foi possível, “analisar/ponderar, decidir/optar, concretizar a decisão/desenvolver a ação, avaliar o desenvolvimento e os resultados que decorrem da decisão, prosseguir, reorientar ou abandonar a decisão tomada”. (ROLDÃO, 1999, 38-39) A gestão curricular foi para mim um instrumento útil na organização dos conteúdos, que me possibilitou uma significativa articulação entre conteúdos e aprendizagens essenciais.

1.1.7. Opções curriculares

“O currículo é o corpo de aprendizagens que se quer fazer adquirir e é também o modo, o caminho, a organização, a metodologia que se põe em marcha para o conseguir”. A gestão curricular inscreve-se num processo contínuo de tomada de decisão que ocorre em diversos níveis, articulados entre si. (ROLDÃO e ALMEIDA, 2018, 19)

Assim, comecei por estudar o programa proposto pelo SNEC 2014, depois distribuí os conteúdos de acordo com o número de aulas previstas, além de ter tido em consideração que as aulas decorrem às segundas feiras das 10h:35 às 11h:25, ou seja, têm a duração de 50 minutos.

De acordo com estes parâmetros decidi lecionar, no primeiro período, a Unidade letiva1: “A dignidade da vida humana”, e uma vez que tivemos 13 aulas, as duas primeiras aulas foram destinadas à apresentação do(s) professor(es) e dos alunos, às considerações gerais da disciplina de EMRC, à exposição dos Critérios de Avaliação em EMRC e à análise do Regulamento Interno.

Esta unidade letiva aborda essencialmente os atentados à dignidade da vida humana e, assim sendo, dediquei nove aulas para o estudo aprofundado na perspetiva humanística, religiosa, histórica e científica. Esta abordagem integrou uma introdução à Unidade Letiva 1, uma exploração sobre a dignidade da pessoa humana e o valor da vida nas religiões; uma reflexão sobre os grupos minoritários, a problemática da igualdade e da discriminação, dos direitos humanos e a denúncia dos atentados à dignidade da vida humana. Contudo, aquando do agir ético perante situações de discriminação como o caso dos doentes terminais optei por abordar antecipadamente a Eutanásia, apesar do programa definir o seu estudo no fim da unidade. Por fim, promovi um debate sobre o início da vida humana e o aborto/IVG. Por fim sistematizei a conclusão do estudo desta unidade letiva. (Anexo – 8.1.2.)

É relevante deixar registado que depois do estudo do artigo de Debray, a minha análise como docente sobre esta unidade letiva tornou-se mais abrangente. Desta forma pude constatar que a unidade integra conteúdos catequéticos e recursos que são usados/nomeados como conteúdos, situações sobre as quais tive de refletir e, conseqüentemente, reformular.

No segundo período optei por seguir a organização proposta pelo programa referente à Unidade Letiva 2 “Deus, o grande mistério”. Deste período constam doze aulas, sendo que oito foram dedicadas ao estudo do tema da UL2, uma aula foi destinada à avaliação e correção, outras duas aulas destinei ao início do estudo da Unidade Letiva3 e a última aula serviu para a autoavaliação e heteroavaliação.

Esta unidade letiva 2 aborda essencialmente a problemática da existência de Deus, o fenómeno religioso, várias formas de recusa de Deus e propostas de atuação no mundo alicerçadas na cosmovisão cristã. Desta forma, iniciei-a com uma introdução à UL2 abordando a problemática da existência de Deus: crença e razão, de seguida explorei os vários elementos constitutivos do fenómeno religioso e explanei as formas de recusa da existência de Deus. No âmbito das propostas de atuação no mundo alicerçadas na cosmovisão cristã, determinei a aula do dia 28 de outubro para o estudo da vida e obra de Aristides de Sousa Mendes com o intuito de contribuir para a atividade de enriquecimento curricular – Direitos Humanos, desenvolvida por iniciativa da escola. Neste sentido, a turma do 9ºA fez uma encenação integrada na conferência sobre a vida de Aristides de Sousa Mendes.

Na mesma linha, na aula seguinte, e após uma prévia preparação, optei por proporcionar aos alunos um testemunho, em primeira mão, do Missionário Espiritano Dino, que no âmbito das instituições empenhadas no bem comum e na transformação da

sociedade, partilhou as suas experiências sobre a missão em Moçambique e as atividades concretas das ajudas dos Portugueses nesta missão: criação de um fontanário de água potável, de uma livraria e de uma residência estudantil. Perante os flagelos sociais atuais, optei por incluir uma temática sobre o realismo dos ídolos face à questão de Deus, ou seja, os ídolos que nos “escravizam” tais como: o consumismo, a internet e o sexo. Apesar de não estar contemplado no programa constatei, depois de o lecionar, que esta discussão foi muito oportuna e suscitou bastante interesse por parte dos alunos. Acerca das representações de Deus verifiquei que o programa se cingia ao Judaísmo e Cristianismo. Por considerar que a abordagem do programa é restrita, optei por acrescentar as representações defendidas pelo Budismo, Hinduísmo e Islamismo. As razões da minha opção provêm do facto de a comunicação social e as redes sociais emitirem essencialmente aspetos negativos e criarem nos cidadãos ocidentais conceitos erróneos sobre estas religiões. Por fim, fizemos a conclusão do estudo da UL2 abordando a questão da fé na perspetiva pessoal e social, uma vez que a fé foi transversal ao longo do estudo desta unidade, mas somente na perspetiva religiosa/transcendental. (Anexo – 8.1.2.)

No terceiro e último período, composto por seis aulas, continuamos com o estudo da Unidade Letiva 3 “O projeto de vida”, iniciado no segundo período. Depois da análise desta unidade e tendo identificado conteúdos que não pertencem ao âmbito da EMRC, optei por iniciar a introdução da unidade letiva 3 com a definição de projeto e a temática da vocação e profissão. No terceiro período, como acima referido, o estudo recaiu sobre as várias opções de vida e a “Opção fundamental”, sobre o papel dos bens materiais na construção dos projetos pessoais e sobre o princípio da felicidade humana.

No âmbito da **avaliação**, em cada unidade letiva determinei uma aula para a realização da ficha de avaliação, consolidação e possíveis remediações. No fim de cada período realizamos a autoavaliação e heteroavaliação. Ao longo das aulas foi possível fazer questões aula e desafios para casa, cumprindo assim as diretrizes de que a avaliação das aprendizagens em todas as suas modalidades faz parte integrante do desenvolvimento do currículo e adequa-se também aos conteúdos, valores, competências a transmitir, bem como aos métodos e estratégias de ensino. (ROLDÃO e ALMEIDA, 2018, 25)

CAPÍTULO II

“A Dignidade da vida humana”

Análise crítica da UL1 do 9º Ano,

segundo Marciano Vidal

No presente capítulo iremos explicar a vida, a obra e o pensamento de Marciano Vidal. A partir da referida fundamentação teórica extraímos dois eixos de análise do pensamento de Vidal que irão ser confrontados com o programa da SNEC (2014) e retirar ilações. Ao concluir o presente capítulo, apresentamos uma possível proposta de reformulação da UL1.

2.1. Marciano Vidal: o seu contexto

Vamos fazer um pequeno percurso sobre a vida e obra de Marciano Vidal Garcia. Vidal, redentorista, nasce em São Paulo de Trones (Leon, Espanha) a 14 de junho de 1937. Faz os seus estudos na Universidade Pontifícia de Salamanca, na Universidade Complutense de Madrid e na Academia Alfonsiana de Roma, onde se doutorou em Teologia, com especialidade em Moral.

Vidal afirmou numa entrevista à revista Humanística e Teologia, (CUNHA, 2015, 9), sobre a sua vocação de teólogo redentorista: “Começou de uma forma muito subtil. Era necessário um professor de Moral na província espanhola dos redentoristas e escolheram-me para exercer esse cargo. Depois apercebi-me que realmente entrava dentro do carisma da congregação, de tal maneira que a moral juntamente com a pregação extraordinária, as chamadas missões populares, tornaram-se as duas vertentes do carisma redentorista”.

Com o Concílio Vaticano II, Marciano sentiu um forte impulso em renovar a teologia moral, onde afirma: “Eu e muitos outros demos conta disso e começamos a renovação

porque vimos também que o (CVII) Concílio Vaticano II tinha lançado o apelo à renovação”. (CUNHA, 2015, 10)

Foi Professor Ordinário na Universidade Pontificia Comillas (Madrid), onde exerceu o cargo de diretor durante vários anos. Foi, também, diretor do Instituto Universitário de Matrimónio e Família, centro inter facultativo da Universidade Pontificia Comillas. Além da sua atividade docente ordinária, intervém em Congressos, Semanas e Jornadas. Dá cursos extraordinários em diferentes países.

Entre as suas obras destacam-se: *Moral do amor e da sexualidade* (Salamanca, 1971); *Como falar do pecado hoje* (Madrid, 1975); *O novo rosto da moral* (Madrid, 1976); *O discernimento ético* (Madrid, 1980); *Moral do matrimonio* (Madrid, 1980); *A educação moral na escola* (Madrid, 1981); *Ética civil e sociedade democrática*; (Madrid, 1984); *Frente ao rigorismo moral, benignidade pastoral* (Madrid, 1986); *Família e valores éticos* (Madrid, 1986); *Bioética* (Madrid, 1989); *Para conhecer a ética cristã* (Estella, 1989).

Sua obra fundamental é a “Moral de Atitudes”, um Manual de Ética Teológica pós-conciliar onde reconhece uma das mais valiosas contribuições da tradição teológica, diálogo com os saberes antropológicos do momento e propõe um projeto ético para a realização da pessoa e para a construção de um mundo justo e solidário. Impressão bíblica, fidelidade a genuína tradição teológica, diálogo com a cultura atual, reformulação do compromisso ético do seguidor de Jesus: são as características fundamentais do projeto moral de Marciano Vidal. (VIDAL, 1990)

Um dos pontos mais salientes do pensamento de Vidal é precisamente a elaboração de uma proposta de educação que respeite, o espaço público.

2.2. Marciano Vidal: uma proposta de educação moral

Passamos então ao pensamento de Marciano Vidal sobre a educação moral na escola estatal. Será possível que EMRC desempenhe a missão de educação moral, tendo em conta as circunstâncias legais? Acompanhemos M. Vidal.

VIDAL (1990, 834-868), começa por afirmar que a educação sempre foi uma das fortes preocupações de todos os educadores e isto resume o objetivo central da atividade educadora. Para Marciano, a educação moral é um espaço para a formação humana, mediante o qual surge a forma ou imagem do homem, individuo inalienável e cidadão necessário. O adjetivo “moral” ou “ética” delimita a formação à área dos valores morais. De uma forma global, a educação moral tem duas dinâmicas distintas, mas necessariamente complementares:

- A transmissão dos conteúdos éticos. Neste sentido, a educação estrutura-se como um ensinamento que pode existir em vários contextos.

Os pais: sujeitos responsáveis da educação elegem o tipo de educação, intervêm na gestão dos centros educativos. Poderes Políticos: garantam o direito de todos à educação e constroem um meio para a sua funcionalidade. Comunidade educativa, sujeito de responsabilidade: Professores, Pais e Alunos têm direito e obrigação de intervirem no controle e gestão educativa a fim de construir uma autêntica comunidade educativa. (VIDAL, 1995, 712)

- Formação no sentido ético: a educação busca inculcar no individuo um comportamento responsável.

A educação moral deve ir mais além de uma mera informação ou de uma aprendizagem intelectual; deve tentar realizar uma confirmação ética do sujeito. Mais que a transmissão de conteúdos, a educação moral tem que insistir em suscitar a sensibilidade ética, a partir da qual, a consciência dos valores morais é importante. A educação moral é um processo que dura toda vida, contudo as fases mais importantes são a infância e a adolescência, período no qual acontece o desenvolvimento moral. Os procedimentos da educação moral (objetivos, técnicas, conteúdos, ...) têm de ser programados tendo em conta as bases psicológicas do desenvolvimento moral e as características intimamente ligadas a este desenvolvimento.

Quanto à forma e âmbito da Educação Moral, Marciano afirma que pode ser civil ou religioso. A educação moral civil move-se dentro do horizonte da ética racional e civil, enquanto que a educação religiosa se situa dentro de uma cosmovisão religiosa, apesar de serem distintas, não se opõem, mas sim se complementam.

Em termos do âmbito escolar da educação moral, o nosso autor sublinha que a educação ética para a responsabilidade tem uma grande urgência e importância, uma vez que nota a decadência do papel moralizador da família enquanto grupo fechado e autónomo e se assiste à perda massiva das influências das comunidades religiosas. A educação ética é imprescindível para a construção de um mundo humano, habitável, racional e feliz.

O autor aponta falhas a evitar em toda a educação moral:

- Reduzir a educação moral a uma mera entrega de uma “mala de valores”, acreditando que assim se está equipado para caminhar moralmente pela vida;
- Insistir excessivamente em valores tradicionais, dando um sinal conservador ou reacionário;
- Motivar indevidamente o comportamento moral com tabus pré-científicos, com autoritarismo irracional.;
- Expressar o conteúdo moral com formulações inadequadas;
- Converter a educação moral numa mera instrução moral;
- Proporcionar o automatismo moral mediante a habituação a uma determinada conduta.

Vidal salienta que o objetivo da educação moral é proporcionar ao indivíduo humano a aquisição da maturidade moral mediante a evolução harmónica e o justo desenvolvimento do seu potencial ético. Os processos educativos da moralidade têm por objetivo proporcionar o desenvolvimento moral nos seus vários aspetos: na evolução de seções ou controlos de comportamento; no crescimento cognitivo do juízo moral; na sequência das atitudes dominantes, ou seja, conseguir que prevaleçam as atitudes de maturidade moral tais como a racionalidade, o altruísmo, a responsabilidade e a independência moral e no equilíbrio psicossocial. A educação moral não pode reduzir-se a uma mera transmissão de valores ou à doutrinação através das convicções morais.

Nas metas da educação moral, Kay refere que somente um comportamento autónomo, altruísta e responsável se pode chamar genuinamente de moral, por isso afirma que a meta da educação moral é a formação de cidadãos racionais, responsáveis, autónomos e altruístas. Bull sustenta que a autonomia deve ser a verdadeira meta da

educação moral. No mesmo sentido, Wilson refere que a maturidade moral consiste na igualdade, uma vez que a componente mais importante da moralidade é tratar todos como iguais. O autor acredita que a pergunta fundamental da educação moral é como formar pessoas que agem autonomamente, respeitando o legítimo pluralismo e que sejam capazes de transformar o mundo que os rodeia, construindo uma sociedade mais justa no que diz respeito ao ideal dos valores éticos. (VIDAL, 1995, 712)

Quanto aos conteúdos, Marciano Vidal refere que a principal vertente da educação moral é a estrutura ética do sujeito, a sensibilidade moral do indivíduo. A formação do sentido moral não pode realizar-se no vazio, daí que seja necessário uma adequação e progressiva iniciação aos conteúdos morais concretos, evitando cair na doutrinação;

Quanto à questão pedagógica e didática da educação moral, Marciano defende que a liberdade responsável e o altruísmo são fatores essenciais à construção de um ambiente apto à educação moral. Os extremos da permissividade e ou do autoritarismo são incapazes de formar crianças que desenvolvam a facilidade de pensar por si mesmas e de adotar princípios. A vida da escola e a vida social oferecem muitas e importantes possibilidades para realizar uma educação moral em que a criança se sinta vitalmente comprometida. Deste modo, evita-se o perigo de converter a educação moral numa doutrinação impositiva, exterior e abstrata.

No ponto de vista do autor, a educação moral é um elemento integrante do conteúdo educativo, um direito de todo o homem. A educação moral deve fazer parte do sistema educativo obrigatório das escolas e apresentar um caráter civil e não religioso; A educação moral, enquanto elemento integrante do sistema educativo, deve ser distinguida do ensinamento religioso. Esta distinção deve ser válida em todos os significados sobre o conceito e realidade do ensinamento religioso. Segundo o autor e na opinião de Piaget, o direito à educação não é somente o direito a frequentar uma escola, mas é também o direito ao pleno desenvolvimento da personalidade, o direito à construção de uma razão dinâmica e uma consciência moral viva. O autor afirma a necessidade de inserir a educação moral dentro do projeto educativo, mas esta inserção tem de ser obrigatória e com caráter civil.

A educação moral na escola não pode ser de caráter confessional (confissão religiosa ou confissão laica). É nosso dever projetar um tipo de educação que tenha como ponto de partida e como meta a educação civil. Entende-se como educação moral civil, aquela forma de moral que é separada de cosmovisões religiosas e metafísicas e que se baseia na consciência ética da humanidade, que projeta um ideal moral comum e

aberto às distintas opiniões autenticamente democráticas. O conteúdo nuclear desta moral civil é no momento histórico presente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir deste conteúdo básico serão organizados os programas concretos da educação moral. É certo que a chamada moral civil é mais um conceito que uma realidade e é certo que cada educador e cada centro educativo matizará o conteúdo realmente comum, já que não existe uma educação realmente neutra e muito menos no campo da moral. Sem dúvida, que o autor acredita que a educação moral obrigatória na escola tem de ser meramente civil, ou seja, distinta do ensinamento religioso. A educação moral nas escolas para ser obrigatória, não pode ser absorvida e nem suprimida pelo ensinamento religioso em nenhuma das modalidades em que esta seja incluída nas escolas.

A Plenitude da educação moral do cristianismo na catequese e no ensinamento religioso mostra que a educação moral tem a sua plenitude na integração do conteúdo moral humano dentro do universo da fé. Surge assim, a necessidade de articular uma educação moral especificamente cristã: dentro da catequese e dentro do ensinamento religioso.

É importante salientar que VIDAL (1995, 721), afirma que o sistema educativo tem de transmitir nas relações práticas (administração, programa, etc..) as exigências éticas da educação libertadora. O sistema educativo tem de favorecer o tipo de educação que tenha os seguintes rasgos:

- Uma educação predominantemente crítica e reflexiva diante dos atos culturais existentes evitando converter os processos educativos em processo de transmissão acrítica dos valores vigentes (endoculturação).

- Uma educação entendida e projetada como serviço à comunidade humana eliminando o perigo de converter a educação num instrumento de poder.

- Uma educação vivida em ambiente e igualdade (igualdade de oportunidades), de respeito (pluralismo ideológico), e da corresponsabilidade participativa (forma de autogestão), eliminando todo o modelo de educação autoritária.

- Uma educação projetada para o futuro e em permanente renovação, rompendo assim as ataduras do imobilismo.

2.2.1. Eixos de Análise do pensamento de Marciano Vidal

- **Educação moral civil (EMC):** Entende-se como educação moral civil, aquela forma de moral que é separada de cosmovisões religiosas e metafísicas e que se baseia na consciência ética da humanidade, projeta um ideal moral comum e aberto às distintas opiniões autenticamente democráticas. O conteúdo nuclear desta moral civil é no momento histórico presente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir deste conteúdo básico serão organizados os programas concretos da educação moral.

-**Educação moral religiosa Católica (EMRC):** A educação moral nas escolas para ser obrigatória não pode ser confessional. Para o cristianismo a educação moral tem a sua plenitude na integração do conteúdo moral humano dentro do universo da fé. Surge assim, a necessidade de articular uma educação moral especificamente cristã, dentro da catequese e dentro do ensinamento religioso.

2.2.2. Dispositivo de análise e instrumentos de recolha de dados

Para realizar o presente trabalho irei utilizar a Análise de conteúdos, que utiliza o procedimento normal da investigação, ou seja, faz o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido. Este dispositivo apresenta uma dimensão descritiva que visa dar conta do que foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do investigador face a um objeto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teórico-analíticos cuja articulação permite formular as regras de inferência. (HENRIQUES, 2014, 3)

Esta análise versará o escrutínio sobre a presença da dimensão pedagógica e/ou dimensão doutrinal nas metas, nos objetivos e nos conteúdos desta Unidade Letiva 1. Após apuradas as devidas ilações delinearei uma proposta teórico-crítica com o intuito de reformular a Unidade Letiva 1 pertencente à EMRC, com o objetivo de justificar a sua pertença à escola Estatal.

Portanto, irei construir quatro grelhas de análise, sendo que na primeira analisarei as metas, na segunda os objetivos, na terceira os conteúdos e na última apresento os resultados apontando a frequência absoluta e relativa dos dados. Na grelha de análise dos conteúdos irei acrescentar uma coluna para constatar a veracidade dos mesmos, se estes são conteúdos ou recursos. Na coluna do lado esquerdo terei os indicadores, ou seja, as metas, os objetivos e os conteúdos retirados da Unidade Letiva 1 – A Dignidade da Vida Humana do 9º Ano, selecionada para o relatório PES do Programa de 2014. Na coluna do lado direito colocarei os dois eixos de análise que selecionei a partir da síntese do pensamento de Marciano Vidal. A partir do confronto e comparação que a grelha possibilita, posso desenhar algumas conclusões e apurar as consequentes percentagens, o que seguirá os seguintes parâmetros:

Pertence a EMRC: os que contêm uma cosmovisão confessional e que por vezes cai no catequético/ doutrinal

0%-70% - Desfavorável à Educação moral civil;

71%-100%- Muito desfavorável à Educação moral civil;

Pertence a EMC: os que se baseiam nos Direitos humanos

0%-70% - Favorável à Educação moral civil;

71%-100%- Muito favorável à Educação moral civil;









2.2.3. Recolha de dados

De seguida, iremos esquematizar a análise das metas, dos objetivos e dos conteúdos, de acordo com os eixos de análise segundo Marciano Vidal.

2.2.3.1. Análise das Metas

UL1 – A dignidade da Vida humana 9º ANO (SNEC, 2014, 94-97)	Síntese do pensamento de Marciano Vidal	
Indicadores	Eixos de análise	
<u>METAS</u>	Pertence a EMRC	Pertence a EMC
Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	✓	
Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	✓	
Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.	✓	
Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.		✓

2.2.3.2. Análise dos Objetivos

UL1 – A dignidade da Vida humana 9º ANO (SNEC, 2014, 94-97)	Síntese do pensamento de Marciano Vidal	
Indicadores	Eixos de análise	
<u>OBJETIVOS</u>	Pertence a EMRC	Pertence a EMC
Reconhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.		
Compreender o valor da vida.		
Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.		
Conhecer a posição da Igreja Católica face à dignidade da vida humana.		
Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.		
Identificar as atividades que promovem a dignidade da vida humana.		
Relacionar os dados de ciência, sobre a questão do início da vida humana, com a perspetiva da Igreja.		

2.2.3.3. Análise dos Conteúdos

UL1 – A dignidade da Vida humana 9º ANO (SNEC, 2014, 94-97)	Síntese do pensamento de Marciano Vidal			
INDICADORES	EIXOS DE ANÁLISE			
<u>CONTEÚDOS</u>	Pertence EMRC	Pertence a EMC	Conteúdo	Não é Conteúdo
A vida como dádiva de Deus e primordial direito humano;	✓		✓	
Dignidade de inviolabilidade da vida humana: declarações de direitos e perspetiva da Igreja Católica:	✓		✓	
A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores.	✓	✓	✓	
A vida é sempre um bem: Evangelium vitae 34, 35.				✓
A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto "Ofélia" (1851-2) do inglês John Everett Millais, nascimento em 8 de junho de 1829 Morreu com 67 anos era pintor, ilustrador.				✓
Dar a própria vida pelo outro: O testemunho de Martim Luther King.				✓
Dar a vida pela verdade libertadora, Jesus: Jo 10, 11. 14-15				✓
Os grupos minoritários ou «não produtivos»;		✓	✓	
A problemática da igualdade e da discriminação.		✓	✓	
Os preconceitos sociais e religiosas face a: - Os estrangeiros e a xenofobia; Ideologias racistas; genocídios; - Os membros de religiões minoritárias e o fanatismo religioso; - Os portadores de deficiências; - Os idosos; -Os doentes terminais;		✓	✓	
A falta de responsabilidade dos adultos face às crianças.		✓	✓	
Cada pessoa deve considerar o próximo como “outro eu”, respeitá-lo				✓

e rejeitar tudo o que viola a integridade pessoal e social (Gaudium et spes 27)				
É contrária à vontade de Deus qualquer forma de discriminação (Gaudium et spes 29).				✓
A Parábola do Bom Samaritano: Lc 10,25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa				✓
A fraternidade humana, centro das escolhas morais.	✓		✓	
A atenção e o cuidar da vida dos mais necessitados no contexto em que se vive.	✓	✓	✓	
O empenho pessoal na denúncia dos atentados à dignidade da vida humana.		✓	✓	
O início da vida humana: - O que diz a ciência; - O que mostra a reflexão cristã - Diferentes perspectivas sobre: a fecundação; a viabilidade da vida humana; o nascimento.		✓	✓	
O aborto: - Noção de aborto e de Interrupção Voluntária da Gravidez. - Relação entre nível moral e nível jurídico de apreciação do aborto.		✓	✓	
A eutanásia: - Noções e perspectivas. - A dignidade da pessoa humana na velhice.		✓	✓	
A posição da Igreja católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, Evangelium Vitae: - 2. O valor incomparável da pessoa humana. - 3. As novas ameaças à vida humana. -12. Uma cultura anti solidária; a verdadeira cultura do encontro. - 26. A força da vida				✓

2.2.4. Apresentação dos Resultados

		Pertence a EMRC	Pertence a EMC		
Metas Total:4	Frequência Absoluta	3	1		
	Frequência Relativa	75%	25%		
	Mistos	—————			
Objetivos Total:7	Frequência Absoluta	4	4		
	Frequência Absoluta	50%	50%		
	Mistos	1 14,285%			
				Conteúdo	Não é Conteúdo
Conteúdos Total:21	Frequência Absoluta	5	10	13	8
	Frequência Relativa	38,461%	76,923%	61,904%	38,095%
	Mistos	5 38,461%		—————	

2.2.5. Interpretação dos Dados.

Na presença dos quadros de análise expostos acima podemos interpretar os seguintes dados:

Metas – Total de 4

Pertence à EMRC (3) que corresponde 75%;

Pertence à EMC (1) que corresponde 25%;

Nas Metas é evidente uma forte presença do teor doutrinal, onde se dá por adquirido que o aluno é crente católico, fato esse que é desfavorável à uma disciplina que se pretende inclusiva e aberta a outros saberes.

Objetivos - Total de 7

Pertence à EMRC (4) que corresponde 50%;

Pertence a EMC (4) que corresponde 50%;

Mistos (1) que corresponde 14,285%

Nos objetivos também está presente o âmbito doutrinamento, embora já é notável objetivos próprios para uma disciplina para todos.

Conteúdos - Total de 21

Analizados - Total 13

Pertence à EMRC (10) que corresponde 76,923%;

Pertence a EMC (5) que corresponde 38,461%;

Mistos (5) que corresponde 38,461%

É interessante e preocupante registrar que os conteúdos observamos (21 conteúdos), 8 não são conteúdos e sim recursos e que 13 são efetivamente conteúdos. A análise recai somente nos 13 conteúdos e não nos que não o são.

As percentagens apuradas mostram que há uma presença forte de conteúdo pertencente a Educação moral civil, mas, contudo, é de salientar a presença de conteúdos pertencentes ao âmbito confessional/doutrinamento, o que é desfavorável para a educação moral.

2.2.6. Análise crítica dos dados

Ao analisar estes dados partimos da perspectiva de Marciano Vidal, o qual afirma que a educação moral nas escolas, para ser obrigatória, não pode ser absorvida e nem suprimida pelo ensinamento religioso, pois pode-se cair na tentação de converter a educação moral em doutrinação.

Na mesma linha de pensamento encontramos DEBRAY (2002, 1-9) que dá o seu contributo a esta disciplina, onde realça que se deve identificar um objeto de ensino claro e distinto para se admitir uma disciplina no quadro da escolaridade obrigatória. Ele questiona-se sobre a inexistência de uma cultura religiosa e sobre a ausência do facto religioso nas escolas estatais, pois acredita que EMRC não pode privilegiar qualquer religião em particular e que deve alargar os seus objetivos àqueles que se declaram sem qualquer preocupação religiosa.

Portanto, e perante os dados, é evidente a presença do âmbito doutrinal e catequético na Unidade Letiva1: “A Dignidade da vida Humana”, facto que não contribui para a afirmação de uma disciplina autêntica, que deve estar presente na escola estatal. A presença de conteúdos catequéticos e um certo doutrinamento nesta unidade letiva é uma incoerência face ao afirmado pela Diretório geral da Catequese (1997), a qual refere que “o ensino religioso escolar, no quadro da escola pública e da escola não confessional, nas situações em que as autoridades civis ou outras circunstâncias impõem um ensino religioso comum aos católicos e não católicos, deverá ter carácter mais ecuménico e de conhecimento inter-religioso comum.

A nível científico, podemos afirmar que alguns textos referidos como conteúdos presentes na Unidade Letiva 1 são recursos e não conteúdos, como por exemplo, a Parábola do bom Samaritano e os testemunhos de vida. Estes recursos apresentados aqui como conteúdos, são documentos, textos e exemplos de vida exclusivamente pertencentes à Igreja Católica.

Desta forma, é necessário eliminar tudo o que é do âmbito da catequese e tudo o que é evangelização. Ao reformular a unidade letiva 1 poderemos proporcionar aos alunos uma disciplina inclusiva e para todos, pois caso contrário ela não tem lugar na escola estatal, no sentido em que o Estado se autodenomina Estado de direito.

Portanto, e perante estes dados, a UL1: “A Dignidade da vida humana” do 9º Ano, da disciplina de EMRC conforme proposta pelo programa da SNEC (2014), não deveria ser lecionada na escola estatal, uma vez que apresenta conteúdos catequéticos e doutrinários.

A análise destes dados e os seus resultados desafia os docentes e leva-os a refletir sobre até que ponto estamos a ser professores ou catequistas, até que ponto temos uma disciplina inclusiva, ou será que estamos perante uma espécie de segunda parte da catequese dominical?

Urge questionarmo-nos como se deve prever a inclusão de todos num único currículo, que se apresenta dependente de uma adesão pessoal a nível religioso ou ideológico?

2.3. Opções pedagógicas-didáticas

O Secretariado Nacional da Educação Cristã, no programa de educação moral e religiosa católica de 2014, prevê para o 9º Ano de escolaridade três Unidades Letivas. A primeira unidade é denominada “A Dignidade da vida humana”, a segunda UL intitula-se “Deus, o grande mistério” e, por último, temos a unidade letiva 3: “Projeto de Vida”. O objeto de análise do presente trabalho é a unidade letiva 1 “A Dignidade da Vida Humana”. Esta unidade integra metas que privilegiam a perspetiva cristã católica de que é ex: “Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana”, e partem do pressuposto de que os alunos são crentes. É evidente que as metas buscam sobretudo a aquisição de conhecimento teórico descurando o valor das experiências vividas pelos alunos. Por outro lado, os objetivos delineados para esta unidade letiva caracterizam-se pela clareza, objetividade e flexibilidade como revela o ex: “Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.”, contudo é notória, em menor escala, a preponderância da perspetiva cristã católica. Quantos aos conteúdos, alguns possuem caráter catequético de que é exemplo: “A vida como dádiva de Deus e primordial direito humano” e outros são recursos como por exemplo: “A Parábola do Bom Samaritano: Lc 10,25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa.” Contudo, apesar de encontrarmos conteúdos pertinentes, é necessário restaurar a sua atualidade, integrando temas como o Bullying e a redefinição de género.

Portanto a UL1: “A Dignidade da vida humana”, é apresentada pela SNEC (2014, 94-97) da seguinte forma:

METAS	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	<ul style="list-style-type: none"> · A vida como dádiva de Deus e primordial direito humano; · Dignidade e inviolabilidade da vida humana: declarações de direitos e perspetiva da Igreja Católica; · A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores. · A vida é sempre um bem: <i>Evangelium Vitae</i> 34, 35.

M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	2.Compreender o valor da vida.	<ul style="list-style-type: none"> ·A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto. ·Dar a própria vida pelo outro: <ul style="list-style-type: none"> – O testemunho de Gianna Beretta; – O testemunho de Martin Luther King. ·Dar a vida pela verdade libertadora, Jesus: Jo 10, 11.14-15.
	3.Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	<ul style="list-style-type: none"> ·Os grupos minoritários ou «não produtivos»; ·A problemática da igualdade e da discriminação. ·Os preconceitos sociais e religiosos face a: <ul style="list-style-type: none"> –Os estrangeiros e a xenofobia; ideologias racistas; genocídios; –Os membros de religiões minoritárias e o fanatismo religioso; –Os portadores de deficiência; –Os idosos; –Os doentes terminais; ·A falta de responsabilidade dos adultos face às crianças.
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	4. Conhecer a posição da Igreja Católica face à dignidade da vida humana.	<ul style="list-style-type: none"> ·Cada pessoa deve considerar o próximo como “outro eu”, respeitá-lo e rejeitar tudo o que viola a integridade pessoal e social (<i>Gaudium et Spes</i> 27) ·É contrária à vontade de Deus qualquer forma de discriminação (<i>Gaudium et Spes</i> 29).
E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.	5.Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.	<ul style="list-style-type: none"> ·A Parábola do Bom Samaritano: Lc 10,25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa.
M. Reconhecer a proposta do agir ético	6. Identificar as atitudes que	<ul style="list-style-type: none"> ·A fraternidade humana, centro das escolhas morais.

<p>cristão em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>promovem a dignidade da vida humana.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ·A atenção e o cuidar da vida dos mais necessitados no contexto em que se vive. ·O empenho pessoal na denúncia dos atentados à dignidade da vida humana. ·A participação em grupos e organizações de defesa e promoção da vida.
<p>L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.</p>	<p>7.Relacionar os dados da ciência, sobre a questão do início da vida humana, com a perspectiva da Igreja.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ·O início da vida humana: <ul style="list-style-type: none"> – O que diz a ciência; – O que mostra a reflexão cristã; –Diferentes perspetivas sobre: a fecundação; a viabilidade da vida humana; o nascimento. ·O aborto: <ul style="list-style-type: none"> –Noção de aborto e de Interrupção Voluntária da Gravidez; –Relação entre nível moral e nível jurídico de apreciação do aborto. ·A eutanásia: <ul style="list-style-type: none"> –Noções e perspetivas. –A dignidade da pessoa humana na doença e na velhice. ·A posição da Igreja católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, <i>Evangelium Vitae</i>: <ul style="list-style-type: none"> –2. O valor incomparável da pessoa humana. –3. As novas ameaças à vida humana. –12. Uma cultura anti-solidária; a verdadeira cultura de encontro. –26. A força da vida.

Depois da análise realizada sobre a UL1: “A Dignidade da vida humana”, de seguida, apresento uma possível proposta de reformulação para a UL1: proponho eliminar os recursos da grelha dos conteúdos, filtrar as metas, os objetivos e os conteúdos catequéticos e redefinir algumas das metas, dos objetivos e dos conteúdos numa perspetiva abrangente e isenta de adesão à fé. No quadro abaixo, observa-se em pormenor a minha proposta para as metas, os objetivos e os conteúdos da UL1.

METAS	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
Q. Reconhecer, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	<ul style="list-style-type: none"> · A vida primordial direito humano; · Dignidade e inviolabilidade da vida humana; · A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores.
M. Reconhecer a proposta do agir ético em situações vitais do quotidiano.	2. Compreender o valor da vida.	<ul style="list-style-type: none"> · A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto.
	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	<ul style="list-style-type: none"> · Os grupos minoritários ou «não produtivos»; · A problemática da igualdade e da discriminação. · Os preconceitos sociais e religiosos face a: <ul style="list-style-type: none"> – Os estrangeiros e a xenofobia; ideologias racistas; genocídios; – Os membros de religiões minoritárias e o fanatismo religioso; – Os portadores de deficiência; – Os idosos; – Os doentes terminais; · A falta de responsabilidade dos adultos face às crianças. - Bullying - Redefinição de género.
M. Analisar atitudes/ agir ético em situações vitais do quotidiano.	6. Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.	<ul style="list-style-type: none"> · A Sociedade, centro das escolhas morais. · A atenção e o cuidar da vida dos mais necessitados no contexto em que se vive. · O empenho pessoal na denúncia dos atentados à dignidade da vida humana. · A participação em grupos e organizações de defesa e promoção da vida.
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e	7. Relacionar os dados da ciência,	<ul style="list-style-type: none"> · O início da vida humana: <ul style="list-style-type: none"> – O que diz a ciência;

<p>a fé.</p>	<p>sobre a questão do início da vida humana.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Diferentes perspectivas sobre: a fecundação; a viabilidade da vida humana; o nascimento. ·O aborto: <ul style="list-style-type: none"> -Noção de aborto e de Interrupção Voluntária da Gravidez; -Relação entre nível moral e nível jurídico de apreciação do aborto. ·A eutanásia: <ul style="list-style-type: none"> -Noções e perspectivas. -A dignidade da pessoa humana na doença e na velhice. -2. O valor incomparável da pessoa humana. -3. As novas ameaças à vida humana. -26. A força da vida.
--------------	--	---

CONCLUSÃO

O espaço, a presença, e a composição da disciplina de EMRC, nas escolas estatais, acarreta uma extensa complexidade, reflexão e fundamentação teórica. Ora, Marciano Vidal propõe uma “Educação Moral Civil” (EMC), que, responda às exigências de uma sociedade laica e à complexidade da educação moral civil.

Este autor defende que a educação moral civil deve basear as suas opções pedagógicas e morais nos direitos humanos e alerta para a doutrinação que mina a EMRC atual. Contudo, ao contextualizar o pensamento de Vidal à realidade portuguesa, auxilio-me de outros autores por considerar que a disciplina atual de EMRC, em Portugal, não deve ser substituída, tal como proposto por Vidal, mas deve tornar-se mais abrangente. Ou seja, uma vez que estamos numa sociedade pluralista, a EMRC, na escola estatal deve ajudar o aluno a situar-se, com maturidade, perante as religiões e sistemas de valores presentes no âmbito cultural, pois o aluno não pode ser um analfabeto neste campo. (GEVAERT, 1993, 16-18)

Na mesma linha, é salvaguardado na Constituição da República Portuguesa, CRP (2005, art.º 67º, nº 2) que o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, uma vez que o ensino estatal não será confessional. Por isso, com R. Debray (2002, 7-9), dizemos: “chegou a hora da passagem de um laicismo de incompetência a um laicismo de inteligência”.

E de acordo com a declaração universal para os direitos humanos, (D.U.D.H) (1978 art.º 18º), toda a pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos. Ora, o direito à liberdade de manifestar o pensamento e/ ou religião pela via do ensino alimenta a nossa reflexão sobre a presença da EMRC nas escolas estatais. Logo, se existem diversos documentos oficiais, nacionais e internacionais, que identificam a relevância da EMRC nas escolas estatais, então qual é a razão que leva alguns grupos sociais a contestar a sua cientificidade e validação como disciplina?

Muitos invocam o facto de o Estado ser laico a fim de justificarem a possível exclusão da EMRC das escolas estatais. Contudo, o Estado é um Estado de direito e não laico, pois a ideia de laicidade sofre de ambiguidade. De facto, a laicidade refere uma característica da instituição estatal, mas também uma característica da sociedade civil pluralista, realidades que não podem ser tomadas de forma unívoca. (CUNHA, 2014, 91-130)

Neste sentido, a (CEC) Congregação para a educação católica (2009), usa o direito à liberdade religiosa como fundamento e garantia da presença do ensino da religião no espaço público escolar. Contudo, por se situar no âmbito do ensino escolar, não pode visar a adesão de fé, mas pode e deve transmitir os conhecimentos sobre a identidade do cristianismo e da vida cristã. Isto não exclui que sejam tidas em conta nos conteúdos as próprias experiências dos alunos, sejam elas expressões do cristianismo ou de outras religiões. Deste modo, fica salvaguardado o objectivo do desenvolvimento de uma consciência da dimensão religiosa da vida humana, no respeito pela liberdade de todos. Assim se dá o devido lugar ao religioso no sistema de ensino, na medida em que este contribui para a instituição simbólica da humanidade. (DEBRAY 2002, 7-9)

Além dos documentos aqui referidos, também a LBSE (art.º 50º, nº3; art.º 3º) sublinha que o ensino da moral e da religião católica integra os planos curriculares do ensino básico e secundário, respeitando os princípios constitucionais da separação da igreja e do estado e da não confessionalidade do ensino público. A educação do individuo comporta os valores morais, espirituais e cívicos da liberdade, autonomia, responsabilidade, abertura ao outro, solidariedade, intervenção e espírito crítico, orientada para o pleno desenvolvimento da personalidade humana, PIDESC (1966, art 18), uma das metas definidas no Pacto Internacional sobre os direitos Económicos, sociais e culturais, do qual Portugal é signatário.

É neste momento que urge falar do papel dos pais e encarregados de educação. A sua ação é determinante para a educação moral e religiosa dos alunos. A liberdade dos encarregados de educação na escolha da educação dos filhos é garantida no Direito Canónico (CDC), (1983,144). O dever do Estado de respeitar a liberdade dos pais à darem a educação moral e religiosa aos filhos de acordo com as suas convicções é assegurado pela, (DUDH) Declaração Universal dos Direitos do Homem (1978, art.º 18º, Nº3), pela (PIDCP) Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, (1966, art.º 18º, nº4), pelo (PIDESC) Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966, art 13.º, nº3) e (PCEDH) Protocolo à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (2019, art.º 2º)

A presença da EMRC nas escolas estatais é assegurada legalmente pela concordata (2004, art.19) onde é salvaguardada o direito à liberdade religiosa e o dever do estado de cooperar com os pais na educação dos filhos. O estado garante condições necessárias para assegurar o ensino da religião e moral católicas, no ensino público não superior, sem qualquer forma de discriminação e salvaguardando que a sua frequência dependa de declaração positiva do interessado. Contudo, os conteúdos da disciplina são da exclusiva competência da autoridade eclesiástica, em conformidade com o sistema de ensino.

O panorama cultural contemporâneo mostra claramente os sinais de um declínio ou obscurantismo do sentido moral, tanto para a dissolução da consciência da originalidade da moralidade evangélica, como para o eclipse dos mesmos princípios e valores éticos fundamentais. Na sociedade de hoje, parece estarmos preocupados principalmente com uma "etiqueta social": os princípios fundamentais da moralidade são aceites, porque existe uma "preferência" e não uma base racional. Os preceitos morais oferecidos pela escola são frequentemente reduzidos a um princípio genérico de respeito e tolerância em relação ao outro, mas há uma forte suspeita de que a tolerância, às vezes, se torna o nome secreto do relativismo e do ceticismo. Na realidade, esta é apenas uma maneira de permitir a coexistência de indivíduos que são, entre eles, esferas morais intransponíveis, ou seja, é o último expediente de uma sociedade que quer evitar “explodir “. Nós passamos de uma ética que diz respeito a relacionamentos com Deus, relacionamentos consigo mesmo e relacionamentos com outros, a uma ética que é simplesmente social. A ética serve simplesmente para assegurar a coexistência humana, não para tornar a vida melhor. (FISM, 1)

É evidente que ao estar presente nas escolas estatais e nas escolas privadas, a EMRC deve ser uma disciplina que proporciona aos alunos uma identidade cristã, mas que inclui todas as perspectivas, e que tem um diálogo de igual para igual com todos os saberes e âmbitos, sem cair na doutrinação. A perspectiva de Marciano Vidal é um valioso contributo para a EMRC, no sentido em que alerta para o facto de que esta não pode doutrinar e/ou lecionar conteúdos catequéticos/prescritivos.

A escola não pode ser apenas um conjunto de atividades, mas sim uma visão da vida. A educação autêntica é a educação integral da pessoa. Isto exige promoção dos valores espirituais, estruturação hierárquica de saberes e de valores, integração do saber científico-tecnológico num saber cultural mais vasto, mais abrangente e mais englobante. Neste sentido a EMRC, não se pode dispensar de ser uma disciplina de qualidade e reivindicar legitimamente o seu lugar de direito no espaço educativo, pelo

papel histórico de uma escola ao serviço de todos, pela sua capacidade inovadora nos processos e meios educativos, pelo valor e seriedade dos resultados obtidos na educação dos alunos e no seu aproveitamento escolar e, sobretudo, pela preferência manifestada pelos pais, sempre que os filhos a ela possam aceder. (CEP, 2008, 1-30)

A presença da EMRC na escola estatal enquadrava-se no âmbito da lei da liberdade religiosa (art 24.º, nº1), em que todas as igrejas e demais comunidades religiosas, residentes em território nacional, podem requerer ao membro do Governo competente, em razão da matéria que lhes seja permitido, ministrar ensino religioso nas escolas públicas do ensino básico e do ensino secundário que indicarem. A EMRC é contributo para o reforço da identidade nacional, e contributo para a criação de um ambiente necessário à implementação de atitudes conducentes ao serviço da paz e de uma ordem político-económica e sociocultural mais justa, solidária e fraterna.

A realidade de Portugal insere-se no modelo dos cursos confessionais facultativos de religião, que são característicos dos países de maioria religiosa católica. O reconhecimento civil do direito à liberdade religiosa da família, do valor educativo da cultura religiosa e da importância da instrução no processo educativo global da pessoa, vigora, geralmente, assente em legislação concordatária. (TEIXEIRA, A., COSTA, G. e MAIA, P., 2015,18)

Ora, se a educação se dirige ao homem todo e envolve o homem todo e visa o desenvolvimento total da personalidade, então será possível um projeto e uma ação educativa sem a dimensão religiosa, qualquer que ela seja?

Negar a plena cidadania do EMRC em qualquer projeto educativo, seria impor limites à expressão das características, opções e convicções mais profundas da pessoa humana.

Se a Escola deve formar personalidades responsáveis, capazes de opções livres, preparar os jovens para se abrirem à realidade e se formarem numa determinada conceção de vida, preparar para a vida profissional e formar o sentido ético e social, então não pode omitir a abertura ao transcendente ou mesmo à educação religiosa. A EMRC deve ser parte integrante dos conteúdos educativos explícitos a que todos têm direito. (GUIMARÃES, F. Slide nº22)

CAPÍTULO III

Processo de ensino-Aprendizagem

De seguida, iremos apresentar a relevância educativa do tema: A dignidade da vida humana e o percurso de ensino-aprendizagem realizado ao longo do ano letivo 2018-2019, tendo como público alvo a turma do 9ºA. Para tal, começo por abordar a sequência das aulas, os recursos materiais e os instrumentos de avaliação e as suas componentes. Em conclusão apresento uma reflexão sobre a gestão curricular e a atividade de enriquecimento curricular e um balanço crítico do meu desempenho como docente.

3.1. Relevância Educativa

A temática da Dignidade da vida humana é, mais do que nunca, pertinente porque vivemos num mundo e mais concretamente numa sociedade em que cada vez mais despontam fortes apelos à individualidade e à indiferença perante a problemática humana. Para VIDAL (1990, 555), a consciência, ao ser o maior fundamento da dignidade humana, deve ser formada. O dever moral mais fundamental do homem é formar a sua própria consciência.

Segundo o teólogo BECCHI (2013, 7-9), a dignidade humana tem uma longa história. Ele escreve: “No mundo romano antigo, a palavra «dignidade» adquire relevância filosófica e é usada em dois significados diferentes que, embora evoluindo ao longo do tempo, se repetem até os nossos dias. Por um lado, "dignidade" indica a posição especial do homem no cosmos, por outro, a posição que ocupava na vida pública. O primeiro tem um significado ontológico, já o segundo indica um valor. "Dignidade" está, portanto, ligada ao facto de que o homem difere do resto da natureza, porque ele é o único animal racional e ao facto de que ele difere de outros homens, pelo papel ativo que ele desempenha na vida pública e que lhe dá um valor particular. No primeiro sentido, é o homem como tal que tem a dignidade que deriva de estar no auge

da escala hierárquica da natureza, no segundo sentido a dignidade depende da posição que ocupa na escala hierárquica social. No primeiro sentido, a dignidade assume conotação universalista, no segundo sentido, e em oposição ao primeiro, é particularista, ou seja, deriva de performances que alguns indivíduos realizam. A dignidade é absoluta no primeiro sentido, ou seja, não pode ser aumentada nem diminuída, por outro lado, no segundo sentido a dignidade é relativa, logo pode ser adquirida ou perdida”.

A Congregação para a educação católica, na Carta circular n. 520/2009 (2009), afirma que “não houve um forte investimento na educação e assim sendo apresenta-se hoje como uma tarefa complexa, vasta e urgente. A complexidade atual arrisca-se a perder o essencial: a formação da pessoa humana na sua integralidade, em particular relativamente à dimensão religiosa e espiritual”.

Para FERNÁNDEZ e NORDMAN (2002, 30), não receber educação, ou receber uma educação deficitária, equivale a ser incapaz de beneficiar de outros direitos fundamentais, já que a ignorância, que é o resultado da falta de uma educação plena, priva a pessoa da sua dignidade e dos meios de ser reconhecida.

Cada vez se nota mais em todos os âmbitos da sociedade e em especial nas escolas, uma aposta única e exclusiva no saber fazer, quando se sente uma enorme falta do saber ser. Portanto esta unidade letiva tenta abordar questões atuais, como o bullying, os preconceitos, o aborto e a eutanásia, no fundo, tudo aquilo que põe em causa a dignidade da vida humana.

GONZÁLEZ (2004, 574), afirma que sobressai a questão da corresponsabilidade social e a falta de responsabilidade dos indivíduos e nesta linha, a dignidade implica, além da autonomia, ter bem firme e clara a noção de responsabilidade, ou seja, um ser digno é aquele que segue as normas de comportamento e responde por elas, a nível individual e social. Temos de sensibilizar os nossos alunos nas questões humanas, no trato com os seus pares e no cumprimento da salvaguarda da dignidade da vida humana.

Uma sociedade justa, como foi pensada na idade moderna, só pode ser realizada no respeito pela dignidade transcendente da pessoa humana. O respeito pela dignidade da pessoa não pode rescindir do outro, do altruísmo, de considerar antes de tudo a vida e os meios necessários para mantê-la dignamente. (Conselho Pontifício «Justiça e Paz», 2005)

A dignidade encontra-se na parte mais profunda da nossa vida individual, da nossa estrutura moral, mas transcende-as. A dignidade é o substrato do mais forte da privacidade, mas ao entrar na esfera do público implica um dever muito particular dos outros; a dignidade constitui uma consciência moral e a sua ignorância afeta o ser

humano. Neste sentido, Kant concebe a dignidade, a partir do ser racional no reino dos fins, entendendo isso como o elo sistemático de diferentes seres racionais por leis comuns. A dignidade implica, portanto, além de ter autonomia, ter uma noção clara e firme de responsabilidade, ou seja, um ser digno é aquele que se responsabiliza pelas suas ações, assumindo as suas consequências, individualmente e dentro do contexto social em que opera. (GONZÁLEZ, 2004, 159-161)

A dignidade da vida humana é uma temática muito atual e que é salvaguardada por várias instituições em prol da vida humana. Num mundo marcado pelos avanços científicos e tecnológicos é urgente ter em conta a formação humana, ética e moral, sob pena da humanidade perder a sua humanidade.

Para VIDAL (1995, 229), a tomada de consciência dos direitos fundamentais do homem começou por pelo reconhecimento das exigências ou liberdades sociais, da dignidade humana e recordando das declarações mais ou menos vinculadas dos direitos do homem. A experiência ética da humanidade se concentra no núcleo decisivo: a dignidade do homem. Deste núcleo emanam e se convergem todas as variações do ethos humano. De entre outros as declarações mais importantes são os seguintes:

- Declaração dos direitos de Virgínia (1776) – é a primeira que contem um catálogo específico dos direitos do homem e do cidadão.
- Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1793), adotado pela Assembleia constituinte Francesa. Esta declaração encarnou durante o séc. XIX os ideais da sociedade liberal e a sua bandeira era transformar a estrutura política e social do ocidente.
- Declaração universal dos direitos humanos (1948), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A esta declaração procederam a Declaração de Filadélfia (1944) e da carta da ONU (1945). Nela aparece um equilíbrio entre as liberdades individuais e os direitos sociais. No que respeita a sua força vinculativa, nada discute a obrigatoriedade moral da declaração universal dos direitos humanos. Juridicamente o seu significado não é outra que a pauta superior de inspiração, e critério superior de interpretação para os Orgens chamados a configurar o direito internacional positivo.

Na perspetiva de VIDAL (1995, 248), a dimensão ética, inerente ao conceito de direitos humanos, exerce uma função de orientação nas declarações. As declarações de liberdades e as normas positivas tratam de plasmar as exigências da dignidade humana. A consciência axiológica desta dignidade é que orienta o sentido das declarações e normas.

Esta tomada de consciência está inserida nas constituições dos países. Por exemplo, se pensarmos na realidade em que estamos inseridos, podemos constatar no artigo 1º da (CRP) Constituição Da República Portuguesa (2018), que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária”.

No Artigo 1º da (CDFUE) Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000/C 364/01) afirma-se que: “A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida”.

Numa escala mundial encontramos no artigo 1º da (DUDH) Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009) “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. Aqui é evidente que a dignidade da vida humana é salvaguardada em todos estes importantes documentos, contudo devemos questionar: Será que não é apenas uma teoria oficializada? Há mecanismos que efetivamente salvaguardam a dignidade da vida humana em todos os momentos ou é somente demagogia? Efetivamente, não é necessário irmos muito longe para darmos conta que a lei que salvaguarda a dignidade da vida humana, valor inviolável, é somente para alguns.

3.2. Sequência do processo de ensino-aprendizagem

Os planos de aula foram construídos e executados ao longo do primeiro período, e com base na Unidade letiva 1. Este tipo de registo é um importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, por um lado permite estruturar o esquema das aulas e as intencionalidades do docente e, por outro lado, serve de apoio à reflexão à posteriori.

No início deste percurso foi evidente a minha escassa experiência e conhecimento na formulação dos planos de aula, especificamente na distinção entre objetivos, conteúdos e estratégias. Contudo, com a orientação sólida e fundamentada da Professora Elisa, com a qual estabeleci uma dinâmica de trabalho eficaz, e com o meu empenho e dedicação na construção ativa dos planos de aula, alcancei novas capacidades e evolui de forma bastante positiva.

Como futuro docente de EMRC pretendo continuar a pesquisar, a aprender e a refletir sobre este instrumento de ensino valioso, em prol dos meus alunos.

De seguida, apresento todos os planos de aula e os recursos referentes à Unidade letiva 1: “A Dignidade da vida Humana”:

Na primeira aula, a minha intenção como docente versou a análise da dignidade da vida humana na perspetiva da DUDH, da Constituição da R. Portuguesa, CDFUE e nas diversas religiões. (Anexo 8.2.1.1.) Comecei por abordar o conceito da dignidade da pessoa humana proporcionando tempo de diálogo, alarguei a análise da dignidade da pessoa humana à perspetiva da D.U.D.H, CRP e CDFUE, para que os alunos pudessem perceber a cosmovisão que estes documentos têm sobre o tema. A visualização e interpretação de um vídeo sobre um caso de desrespeito da dignidade de uma pessoa possibilitou a abordagem da problemática do bullying, um tema bastante oportuno, no sentido em que afeta um dos alunos da turma. Concluímos o estudo com a exploração da dignidade da pessoa humana nas diversas Religiões, o que foi propício para desconstruir preconceitos sobre algumas, principalmente a Islâmica.

Na segunda aula o estudo versou a compreensão do valor da vida, apresentando algumas personalidades que deram a própria vida em prol do outro, na perspetiva humanista e social. (Anexo – 8.2.1.2.) Para analisarmos o valor da vida humana propus a leitura e interpretação do texto do livro do 9ºAno pg.17. A exploração do quadro “The Menin Road” permitiu aos alunos a seguinte conclusão: onde não há respeito pela vida, não há vida, não há dignidade, que a vida não é absoluta, mas sim um valor primordial.

Em consonância com os objetivos da aula, os alunos apresentaram a vida e a obra de Martin Luther King, respondendo de forma positiva ao desafio da aula passada. Concluimos o estudo desta aula com o exemplo de Malala Yousafzai, uma menina de 20 anos que lutou pela libertação e educação de meninas sequestradas pelo estado Islâmico.

Na terceira aula realizamos a interpretação crítica de factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social, numa perspetiva histórica, humanista, social e religiosa. (Anexo – 8.2.1.3.) Numa abordagem crítica falamos sobre a problemática da igualdade e da discriminação de que os grupos minoritários são alvo e como esta situação condiciona a dignidade da pessoa humana. Para melhor salientar a desigualdade e discriminação visualizamos um vídeo da Cruz Vermelha Portuguesa sobre um testemunho de um refugiado acolhido, em Portugal. A abordagem sobre os preconceitos sociais e religiosos: xenofobia, ideologias racistas e genocídios foi realizada através de um trabalho de grupo, onde cada grupo pesquisou e explanou os referidos preconceitos.

Na quarta aula continuamos com a interpretação crítica do agir ético, perante situações de discriminação e preconceito e em situações do quotidiano, numa perspetiva histórica, humanista, social e dos Direitos Humanos. (Anexo – 8.2.1.4) Iniciei a aula com o esclarecimento dos conceitos: Agir ético, Discriminação e Preconceito. De seguida, abordamos a questão sobre o direito à vida dos portadores de deficiência ao longo da história e fizemos uma análise crítica para verificar/constatar se a sociedade cria ou não condições para os incluir. No mesmo sentido, realizamos uma pequena reflexão sobre a situação dos idosos, em Portugal. De acordo com os dados de um estudo da OMS, Portugal é um dos cinco países que mais afeta negativamente a dignidade dos Idosos.

Na quinta aula concluimos a interpretação crítica do agir ético, perante situações de discriminação e preconceito e em situações do quotidiano, numa perspetiva histórica, humanista, social e religiosa. (Anexo – 8.2.1.5) E em consonância com a aula passada, abordamos outras situações de discriminação, de que são exemplo os doentes terminais. Neste âmbito, foi oportuno o esclarecimento dos conceitos de Eutanásia e Distanásia. De seguida, analisamos criticamente o agir ético dos adultos face aos adolescentes, pelos quais são responsáveis. A turma acordou que a educação, a disciplina e as regras são fatores que dignificam a pessoa. Na rua posso não ser responsável por alguém e, ainda assim, agir com sentido ético. Na mesma linha de pensamento, considerei relevante abordar problemáticas atuais, como a pedofilia e os perigos na internet.

Na sexta aula, primeira aula supervisionada, fizemos uma análise exegética da Parábola do bom Samaritano, numa perspetiva histórica, social, religiosa, sem esquecer a necessária atualização da mesma. (Anexo – 8.2.1.6) Optei por iniciar a aula com a leitura da Parábola, por três alunos nomeados por mim, seguida da discussão sobre o tema central da mesma, ou seja, a corresponsabilidade social. Concluímos que a pessoa do outro apela à minha ajuda, à minha responsabilidade e respeito. A minha humanização está no relacionamento e no contacto com o próximo, por isso, devemos ter um sentido de corresponsabilidade social contrariando o individualismo. Terminamos a aula com a atualização da parábola.

Na sétima aula identificamos alguns dos elementos que atentam contra a dignidade da vida humana e algumas das organizações que promovem a defesa da dignidade da vida humana. (Anexo – 8.2.1.7) Iniciamos a aula salientando que a dignidade da vida humana é algo inerente à pessoa e que deve ser respeitada, mas que é muitas vezes violada. Os atentados à dignidade da vida humana são todas as ações que não dignificam a vida, que põem em risco o valor primordial da vida, tais como: fome, guerras, desigualdade social, injustiças e terrorismo. Terminamos a aula falando sobre algumas ONG que operam no âmbito da defesa da vida, como por exemplo a AMI.

Na oitava aula, abordamos a questão sobre o início da vida humana, na perspetiva científica e cristã. (Anexo – 8.2.1.8) Como estratégia propus a visualização e posterior interpretação de um vídeo sobre a vida humana no útero, com o intuito de abordar a fecundação e o desenvolvimento embrionário. Este vídeo proporcionou um alargado esclarecimento sobre as fases do desenvolvimento embrionário e abriu o debate entre os alunos, sobre o tema. Como docente foi interessante e revelador ver os alunos a expor e a defender os seus pensamentos e convicções pessoais e morais.

Na nona e última aula sobre a UL1, exploramos a questão do aborto como atentado à dignidade da vida humana, na perspetiva cristã. (Anexo – 8.2.1.9) A aula foi reservada ao tema do aborto. Para iniciar o tema optei pela leitura e análise de alguns textos sobre o que é o aborto e o esclarecimento sobre a distinção entre aborto espontâneo, cirúrgico e IVG. Durante esta análise constatamos as alterações feitas à lei portuguesa sobre o aborto/IVG, desde 1984 até à sua legalização em 2007.

Esta aula foi muito relevante para a desconstrução de conceitos erróneos sobre a fecundação. No mesmo sentido, considerei importante a visualização e interpretação de um vídeo sobre o testemunho de um Médico que explica o processo abortivo. Como resultado os alunos mostraram não ter a real perceção sobre como é feito um aborto. Finalizamos a aula com o debate dos prós e contras do aborto.

3.3. Recursos ou documentos enriquecedores

Desde do início do ano letivo que muitos formam os recursos e documentos construídos de raiz por mim, para servirem de auxílio na execução das aulas. Ao longo da lecionação fui aperfeiçoando e notei que surtiram o efeito planeado. Os recursos utilizados foram vários, como por exemplo:

- Quadro branco; marcadores; computador; projetor;
- Marcador de livros, foi construído de raiz e entregue na primeira aula, com o intuito de proporcionar aos alunos uma visão global dos conteúdos programáticos do 9ºano; (Anexo - 8.3.2.)
- Caderno diário do aluno possibilitou o registo e a organização pessoal dos conteúdos trabalhados em aula e serviu como instrumento de avaliação individual;
- Manual do 9ºAno teve duas funções, a recolha de estratégias pelo docente e o acompanhamento e reforço do estudo por parte dos alunos.
- Power Point foi um dos recursos utilizados para apresentação e exploração dos diversos temas. Nele coloquei texto, imagens e vídeos; (Anexo – 8.3.3);
- Fichas de trabalho tinham como objetivo principal o trabalho de grupo e estimular a dinâmica das aulas;
- Questão aula faz parte da avaliação contínua do aluno, é uma questão objetiva que pode ser apresentada no formato oral ou escrito e que pretende ser um feedback do nível de compreensão que cada aluno possui sobre um determinado conteúdo.
- A ficha biográfica, um instrumento de recolha de dados, serviu o intuito de conhecer a turma e cada aluno individualmente. Esta estratégia foi utilizada na primeira aula do primeiro período e o seu preenchimento foi útil à construção da gestão curricular e dos planos de aula. A partir dela também iniciei a construção da caracterização da turma e pude apreender as motivações e intenções de que marcam a presença de cada aluno, na escola. (Anexo – 8.3.1)

3.4. Instrumentos de Avaliação

Segundo ABRANTES (2002, 9), a avaliação é um elemento integrante e regulador das práticas pedagógicas, mas assume também uma função de certificação das aprendizagens realizadas e das competências desenvolvidas. Além disso, tem influência nas decisões que visam melhorar a qualidade do ensino, assim como na confiança social quanto ao funcionamento do sistema educativo.

A avaliação interna das aprendizagens é da responsabilidade dos professores, dos órgãos de administração e gestão, dos órgãos de coordenação e supervisão pedagógica da escola e compreende as seguintes modalidades de avaliação: a) Diagnóstica; b) Formativa; c) Sumativa.

Segundo o Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril, até ao início do ano letivo, o conselho pedagógico da escola, enquanto órgão regulador do processo de avaliação das aprendizagens, sob proposta dos departamentos curriculares, define os critérios de avaliação, de acordo com as orientações constantes dos documentos. Neste sentido consultei os critérios de avaliação da escola cooperante de Grijó:

Conhecimento/Capacidades (80%), o aluno deverá ser capaz de:

- Conhecimento e Compreensão de conteúdos de EMRC - manifestando interesse e curiosidade por situações e problemas, questionando a realidade e intervindo no sentido de a compreender.
- Mobilização de conteúdos / conhecimentos - aplicação pertinente e qualidade da participação (intervenção oportuna, qualidade da reflexão, aferição da organização das ideias, coerência, fundamentação, informação relevante), e de forma ativa, empenhada e organizada nas atividades letivas. Discutir e defender ideias, de forma fundamentada e argumentada, permitindo espaços de intervenção aos outros;
- Verificação de conhecimentos mobilizados para a situação através da observação informal, observação direta de reflexões sobre trabalhos orais/escritos, pesquisas individuais e/ou de grupo realizadas dentro e fora da sala de aula, demonstrando persistência, esforço, iniciativa e criatividade.

Atitudes (20%), o aluno deverá ser capaz de:

- Apresentar o material indispensável à aula;

- Participar/Empenhar-se nas tarefas propostas e atividades interpessoais e de grupo, respeitando normas de convivência e de trabalho em vários contextos, manifestando sentido de responsabilidade e respeito pelo seu trabalho e o dos outros, e atitudes de entreatajuda e solidariedade.
- Realizar os trabalhos de casa;
- Apresentar um comportamento ajustado/ Cumprir as regras estabelecidas, interagindo com tolerância, empatia e responsabilidade.

Seguindo o mesmo propósito, também consultei as aprendizagens essenciais do 9ºAno da disciplina de EMRC, para a Unidade Letiva 1; “A Dignidade da vida humana:

- Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável;
- Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada;
- Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua conceção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus;
- Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.

Neste âmbito, construí os seguintes instrumentos de avaliação:

- Ficha de avaliação de conhecimentos, como docente em vias de profissionalização, foi um desafio construir estas fichas de avaliação que o professor deve aplicar no fim da lecionação de cada unidade letiva. (Anexo – 8.4.1.)

Aos alunos foram disponibilizados 25 minutos para a realização da prova e 5min de tolerância. Um dos alunos da turma do 9º A apresenta necessidades educativas especiais, por isso, como docente atento às especificidades de cada aluno, construí uma segunda ficha de avaliação considerando as capacidades individuais deste aluno. (Anexo – 8.4.2) Durante a sua construção foi evidente as minhas dificuldades ao nível da seleção de conteúdos e no desenhar da sua estrutura, contudo os resultados foram significativamente positivos. (Anexo – 8.4.4)

Com a professora Elisa aprendi a construir e a usar as matrizes de correção, ou seja, um registo de apoio à ficha de avaliação de conhecimentos e preenchido à posteriori. (Anexo – 8.4.3)

A ficha de autoavaliação é um dos instrumentos de avaliação utilizado ao longo do ano letivo e aplicada no término de cada um dos três períodos. Este instrumento de avaliação possibilita a reflexão individual de cada aluno sobre o seu desempenho acadêmico e sobre o seu comportamento cívico. (Anexo – 8.3.1)

A par desta avaliação realizei oralmente a heteroavaliação dos alunos e incentivei a construção de um feedback sobre o meu papel como docente.

3.5. Reflexão crítica sobre a gestão do currículo

No âmbito da nossa prática profissional, a questão da relação entre professor e currículo caracteriza-se pela centralização na execução. Os professores, face aos programas, são “educados” a passar à prática o que programa define ignorando uma possível e necessária diferenciação pedagógica. Portanto, trata-se de uma relação de execução, com escassa construção ou decisão e com níveis restritos de gestão. O profissional docente terá de progredir e incluir-se no processo de decisão e ação perante diferentes situações, organizando e utilizando o seu conhecimento científico e educativo face a situações concretas, ainda que enquadrado nas balizas curriculares e nas linhas programáticas nacionais, isto é, gerindo o currículo. De executor passa a decisor e gestor de currículo exercendo a atividade que lhe é própria – ensinar, isto é, fazer aprender. (ROLDÃO, 1999, 48)

Como docente em vias de profissionalização, comecei por percorrer o caminho mais óbvio, ou seja, também fui um professor meramente executor do programa prescrito. Ao iniciar a prática supervisionada deparei-me com algumas questões sobre a gestão do currículo. A minha capacidade reflexiva foi alargada e comecei a inquirir sobre qual o papel do docente e qual é a práxis que lhe é inerente?

Em reflexão, com o professor de prática supervisionada e com a professora cooperante, selecionei e adequiei o currículo nacional às necessidades específicas da minha turma - 9ºA. Inicialmente consultei o calendário escolar, dividi os conteúdos prescritos pelas aulas previstas para o presente ano letivo e realizei uma deficiente análise da turma ao nível sociocultural. Em suma, a gestão curricular evidenciou dependência do programa e escassez de sustentação bibliográfica.

Contudo, está provado que o ser humano aprende por tentativa e erro, por isso, a primeira tentativa revelou os pontos fortes e os pontos a melhorar e indicou-me o caminho a seguir. Com a orientação dos professores Dr. Francisco Guimarães e Elisa Tavares reformulei a gestão curricular para minha turma do 9ºano, na qual tive em conta o currículo nacional e as aprendizagens essenciais, a caracterização da turma, por mim elaborada, o que consequentemente possibilitou-me construir elações micro curriculares.

O processo de planificação e execução das aulas fomentou o desenvolvimento da minha capacidade reflexiva, a partir da qual identifiquei, na gestão curricular, alguns conteúdos e objetivos inadequados à minha turma.

Em suma, a gestão curricular que apresento neste relatório (Anexo – 8.1.2) é fruto da preparação e formação fundamentada no âmbito da gestão curricular, nas aulas de PES. É de realçar que a análise feita à UL1: “A Dignidade da vida humana” na perspetiva de Debray e da Conferência Episcopal Portuguesa apimentou o meu pensamento e me ajudou a perceber quais são as reais metas, objetivos e conteúdos próprios da disciplina de EMRC e adequadas a uma disciplina presente nas escolas estatais, facto este que também foi muitíssimo importante e que teve um impacto direto no desenvolvimento e aprimoramento da minha gestão curricular da UL1.

3.6. Atividade de enriquecimento Curricular e de integração na comunidade educativa

Este ponto é reservado para tratarmos sobre a comemoração do Dia do Holocausto, no dia 28 de janeiro, na qual se assinala a importância da personalidade Aristides de Sousa Mendes.

3.6.1. Justificação

Ao longo do ano letivo, mostrei-me frequentemente disponível para participar nas atividades realizadas pela escola, a partir das quais tive a oportunidade de interagir e conhecer a comunidade estudantil e o grupo docente de Grijó.

A escola cooperante, no seu plano anual de atividades, definiu a comemoração do Dia do Holocausto, no dia 28 de janeiro, na qual pretendia assinalar a importância da personalidade Aristides de Sousa Mendes. Neste sentido, propus colaborar na planificação, preparação/ensaio e execução da mesma, o que me possibilitou desenvolver diversas interações com a comunidade educativa de Grijó e ajudou-me a sentir acolhido.

Esta atividade enquadra-se curricularmente na UL1: “A Dignidade da vida humana” previsto no Programa de EMRC (2014), mais concretamente na análise da dignidade da vida humana na perspetiva da DUDH, da Constituição da R. Portuguesa, CDFUE e na interpretação crítica de factos sociais como a situação de grupos minoritários em desvantagem social e, em particular, dos casos de xenofobia, ideologias racistas e genocídios;

Na Gestão curricular do 9ºA e em articulação com a atividade de enriquecimento curricular, optei por estruturar a quarta aula incidindo sobre os testemunhos de vida, sobre a vida e obra de Aristides de Sousa Mendes e sobre os atentados à dignidade da vida humana como: fome, guerras, desigualdade social, injustiças, terrorismo. Esta aula antecedeu a atividade de enriquecimento curricular com o intuito primordial de fortalecer o saber e de inculcar responsabilidade nas ações que os alunos pretendiam

realizar no dia 28 de janeiro. No mesmo âmbito, e no dia 10 de dezembro, a turma do 9ºA, a docente Elisa e o professor Ilivriano distribuíram às turmas do 8ºAno um desdobrável que continha a articulação entre a vida de Aristides e a declaração dos direitos Humanos.

Na conferência, no dia 28 janeiro, dia do Holocausto, realizada no âmbito das disciplinas de EMRC e História, estiveram presentes os conferencistas Dr. Luís Fidalgo em representação da Fundação Aristides de Sousa Mendes e um familiar do cônsul Dr. António Pedro de Sousa Mendes (neto). A conferência teve início às 14h e nela destacou-se e estudou-se a figura do ilustre Aristides de Sousa Mendes e foi apresentada pelos alunos do 9ºA uma curta encenação da vida e obra desta personalidade portuguesa. Contudo, devido a motivos profissionais, não me foi possível verificar o resultado final, mas o feedback à posteriori que obtive de alunos e professores foi bastante positivo.

3.6.2. Planificação

A atividade de enriquecimento curricular prevista no (PAA) Plano anual de atividades da escola de Grijó, sobre a personalidade de Aristides de Sousa Mendes contou com a minha colaboração ao nível da planificação (Anexo – 8.5.1) e da preparação. O nome e a data da realização da atividade foi, anteriormente, definido pelo corpo docente da escola cooperante. As turmas do 9º A, C e D, a Direção Executiva, a Associação de Pais, a Fundação Aristides Sousa Mendes, os estagiários de EMRC, a Junta de União de Freguesias Grijó Sermonde apresentaram-se como recursos humanos desta atividade, e o público-alvo foi a comunidade escolar e local, em geral.

A atividade de enriquecimento curricular e de integração na comunidade educativa consistiu na realização da conferência sobre a personalidade de Aristides Sousa Mendes, seguida de uma curta dramatização construída pelos alunos da turma do 9º A sobre a vida de Aristides e a apresentação de uma árvore, realizada em cartolina pelos 9ºanos, onde estava explícito os direitos humanos.

Os objetivos específicos desta atividade incidiram em:

- Conhecer a biografia de Aristides Sousa Mendes;

- Reconhecer a importância da ação de Aristides na promoção dos Direitos Humanos;
- Reconhecer a Dignidade da Pessoa Humana;
- Conhecer a Fundação Aristides Sousa Mendes;

Ao nível dos conteúdos, identificamos a Declaração dos direitos humanos e perspectivas, a problemática da desigualdade e da discriminação, os preconceitos sociais, religiosos e xenofobia, além das ideologias racistas; genocídios e fanatismo religioso.

Para avaliar a consecução da atividade, consideramos como critérios a participação do público-alvo e a relevância pedagógica e educativa dos conteúdos.

Em suma, a atividade de enriquecimento curricular desenvolveu uma ótima articulação curricular com a UL1: “A Dignidade da vida humana” mostrou-se bastante relevante para a formação pessoal e social dos alunos e foi evidente a participação positiva dos alunos do 9ºano. Por fim, apresento duas fotos alusivas à atividade.

3.7. Balanço crítico do desempenho

Início o balanço deste ano letivo afirmando conscientemente que foi um ano de diversas aprendizagens, um ano de profissionalização, um ano de descoberta sobre mim e sobre o tipo de docente pretendo ser. O meu caminho foi marcado por aquisição de conhecimentos e de ferramentas que me transformaram e que me ensinaram a refletir sobre a arte de ensinar.

Este processo não foi fácil, e apesar da minha anterior experiência como professor, nas primeiras semanas de estágio deparei-me com alguns obstáculos. A minha escassa experiência em construir planos de aula e em estruturar a gestão curricular foram duas das principais dificuldades que tive de enfrentar, além da desarmonia na capacidade de gestão de tempo, que foi sentida por mim e pelos professores orientadores, mais tarde. Durante este caminho, o apoio da professora Eliza e do professor Francisco foi crucial para a minha aprendizagem e, conseqüente, evolução. Com a minha dedicação e motivação em querer melhorar e com a disponibilidade, conhecimento e conselhos destes dois professores consegui começar a avançar passo a passo, em cada semana e em cada mês de estágio.

Contudo, a primeira aula assistida foi um ponto marcante para o meu desenvolvimento profissional. A partir da reflexão desta aula com os professores orientadores e das seguintes aulas em núcleo de estágio e sob a orientação da professora Eliza intensifiquei o uso da técnica de observação direta sobre os aspetos que compunham as minhas aulas. A cada aula executada observava e analisava a gestão do tempo, a adequação das estratégias utilizadas para com o grupo alvo, o nível de participação dos alunos, entre outros indicadores, o que me possibilitou continuar a crescer como profissional.

Para cumprirmos o período de estágio na escola cooperante devemos frequentá-la apenas um dia por semana o que, conseqüentemente, limita as nossas possibilidades de interação e participação na vida escolar. Este fato dificulta o estabelecer de relações com os outros professores e com os alunos, além de diminuir as possibilidades de interação com toda a comunidade escolar e respectivas atividades. Contudo, consegui, em parte, contornar esta situação mostrando-me disponível para participar em diversas atividades escolares como a comemoração do Halloween promovida pela escola, o

cantar das janeiras às salas dos 9ºanos, a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 dezembro), e através de pontuais interações na sala dos professores e da participação na reunião de Conselho de Turma, no final do 1ºPeríodo. Um docente profissional é um professor que colabora e participa ativamente na escola em que está inserido, que se reconhece como elemento da comunidade escolar e daí a razão do meu envolvimento nas propostas acima nomeadas e, em específico, na atividade de comemoração dos direitos humanos procurei ir além da interação entre docentes e tive a iniciativa de construir um momento de interdisciplinaridade com a disciplina de História.

Como docente em via de profissionalização as minhas atitudes pautaram-se pela dedicação, pelo cumprimento de regras, prazos e compromissos, predisposição para a aprendizagem e pela assertividade. De acordo com os referenciais teóricos que tive a oportunidade de explorar durante o estágio devo apontar algumas das competências que adquiri como futuro docente profissional. A nível pedagógico desenvolvi a minha habilidade de gerir o tempo da aula e fiz uso de estratégias adequadas à participação e aprendizagem significativa dos alunos. Ao nível científico, tal como referi anteriormente, desenvolvi e continuo a aprimorar a capacidade de construção de registos pedagógicos, como os planos de aula e a gestão curricular. Ao nível avaliativo reconheço-me satisfeito por ter aprendido a elaborar instrumentos de avaliação válidos, dos quais destaco a matriz de correção, que se revelou uma maior valia na articulação do meu trabalho como docente.

É talvez ousado, mas também realista dizer que existiu um antes e um depois professor Ilivriano. Este professor, antes do estágio, tinha motivação intrínseca para ensinar, possuía um campo abrangente de conhecimentos sobre a EMRC e era capaz de definir estratégias pedagógicas conducentes à aprendizagem dos seus alunos. O professor Ilivriano, depois do estágio, continua a ser o professor com motivação intrínseca para ensinar, continua um amante da pesquisa, mas agora é também um docente profissional que possui rigor científico nos seus registos, sendo capaz de realizar planos de aula organizados, definir e problematizar a gestão curricular das suas turmas, elaborar instrumentos de avaliação válidos, além de ter adquirido a capacidade de reflexão que lhe permite, no presente e no futuro, continuar a aprender e a evoluir como professor e em prol dos seus alunos.

A problematização dos meus conhecimentos prévios nasceu nas aulas, com o professor Dr. Francisco Guimarães. Com as quais, e a par do estágio profissional, (des)construí saberes sobre o perfil do docente de EMRC, sobre o âmbito pedagógico e

científico da disciplina de EMRC, sobre o seu posicionamento na escola estatal e a natureza da comunicação entre a disciplina de EMRC e a catequese.

Em jeito de conclusão, urge dizer que este ano de profissionalização deve ser o início do caminho de qualquer docente e gostaria de agradecer ao Professor Francisco Guimarães ao Professor Eugénio e a Professora Elisa pelas experiências partilhadas, pelos conhecimentos transmitidos e pelo acompanhamento personalizado.

Referências bibliográficas

Fontes

Ministério Público (2005) – Concordata entre a República Portuguesa e a Santa Sé, art. 19. Acedido em 06/07/2019, em: https://www.culturante.pt/fotos/editor2/concordata_entre_a_republica_portuguesa_e_a_santa_se_assinada_em_18_de_maio_de_2004_na_cidade_do_vaticano_resolucao_da_assembleia_da_republica_n.%C2%BA_74-2004_de_16_de_novembro.pdf

Secretariado Nacional da Educação Cristã (SNEC) (2014) – *Programa de educação moral e religiosa católica*. Ed. Secretariado Nacional da Educação Cristã. Moscavide.

VIDAL, M. (1990) – *Moral de atitudes: Moral Fundamental*. Ed.1. Editorial Covarrubias. Madrid.

VIDAL, M. (1995) – *Moral de atitudes: Moral Social*. Ed.3. Editorial Covarrubias. Madrid.

Magistério da Igreja

Conselho Pontifício «Justiça e Paz» (2004) – *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. Libreria Editrice Vaticana. Roma. Acedido em 20/05/2019, em: http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html

Congregação para a educação católica (2009) – *Carta circular n. 520/2009 aos presidentes das Conferências Episcopais sobre o ensino da religião na escola*. Roma. Acedido em 17/03/2019, em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20090505_circ-insegn-relig_po.html

PAPA JOÃO PAULO II (1983) – *Código de Direito Canónico*. (CDC) Versão portuguesa 4ª edição revista. Editorial apostolado da oração. Conferência episcopal portuguesa. Lisboa. Acedido em 18/4/2019, em: http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf

Estudos Gerais

Assembleia da República (2005) – Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) Lei nº 49/2005. Acedido em 06/07/2019, em: https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_132/Doc_1172/Anexos/LBSE%20Lei%2049%202005.pdf

Abrantes P. (2002) – *Reorganização Curricular do Ensino Básico: Avaliação das Aprendizagens - Das concepções às práticas*. Ministério da Educação Departamento da Educação Básica. Lisboa.

Agrupamento de Escolas Júlio Dinis (2012/2015) – *Projeto Educativo (PE)*. Grijó. Acedido em 28/09/2018, em: <https://aejuliodinis-grijo.pt/estrutura-organizacional/>

Agrupamento da Escolas Júlio Dinis. Grijó (2018/2019) – *Ata nº1, Reunião de Concelho de Turma do 9ªA*.

Assembleia da República (2018) – *Constituição da República Portuguesa*:
Artigo 1º. Coimbra. Acedido em 06/07/2019, em:
<https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRPVIIrevisao.pdf>

BECCHI, P. (2003) - *Il principio dignità umana*. Ed. MORCELLIANA. Brescia.

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2000/C 364/01) – Artigo 1º
Dignidade do ser humano.

CEP (2002) – *Educação - direito e dever – missão nobre ao serviço de todos*.
Secretariado Geral da CEP. Lisboa. Acedido em 19/03/2019, em:
<http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos/>

CEP (2006) – *Educação Moral e Religiosa Católica. Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Conferencia Episcopal Portuguesa. Fátima. Acedido em 19/03/2019, em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/educação-moral-e-religiosa-católica-um-valioso-contributo-para-a-formação-da-personalidade/>

CEP (2008) – *A Escola em Portugal- Educação integral da Pessoa*. Fátima. Acedido em 08/07/2019, em: <http://www.conferenciaepiscopal.pt/v1/a-escola-em-portugal-educacao-integral-da-pessoa/>

Council of Europe (1952) – *Protocolo à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (PCEDH)* Paris. Acedido em 06/07/2019, em:
https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf

CUNHA, J. T. (2014) – *Como distinguir o uso e o abuso da liberdade religiosa: uma proposta de solução na base de princípios éticos do passado e do presente*. Comissão da Liberdade Religiosa. Lisboa

CUNHA, J. T. (2015) – *Entrevista a Marciano Vidal*. Humanística e Teologia. ISSN 0870-080X. Tomo XXXVI, Fasc. 1. Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Porto.

Debray, R. (2002) – Qu'est-ce qu'un fait religieux? *Études*, nº39-73, 169-180.
Acedido em 21/11/2018, em:
https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ETU_973_0169#

Diretório Geral da Catequese (1997) – Ensino Religioso Escolar Católico e Catequese. Acedido em 29/12/2019, em: <http://www.educris.com/v2/100-santa-se/889-directorio-geral-da-catequese-a-catequese-e-o-ensino-religioso-escolar>

Despacho normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril. Acedido em 04/05/2019, em:
http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/2016_dn_1f.pdf

FERNÁNDEZ, A. e NORDMAN. J. D. (2002) – *O Direito de Escolher a Escola*. Ed. AEEP. Trad. Ana Paulo Gonçalves.

GUIMARÃES, F. - *EMRC no Sistema Educativo: Identidade e Relevância*. UCP. Faculdade de Teologia. Edição não publicada.

GONZÁLEZ A. (2004) – Jesús. *Autonomía, dignidad y ciudadanía. Una teoría de los derechos humanos*. Tirant lo Blanch. Valencia.

GEVAERT, J. (1993) – *Didática dell' insegnamento della religione. Orientamenti generali*. Traducción: Arcadio Cuadrado. Editorial CCS. Madrid.

HENRIQUES, S. (2014) – Iniciação à Investigação Educacional: Análise de Conteúdo. Universidade Aberta. Acedido em 15/12/2018, em:
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4860/3/AnalisedeConteudo_SH-2014.pdf

Ministério Público (2012) - Lei da liberdade religiosa. Lei n.º 66-B/2012, de 31/12. 5ª versão. Consultado em 08/07/2019, em:
http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=806&tabela=leis&so_miolo=

Federezione Italiana Scuole Materne (FISM) – *L'EDUCAZIONE MORALE: Un compito fondamentale per la scuola (di oggi)*. Quaderno n.01: QUALE EDUCAZIONE

DELL’INFANZIA, OGGI? - sintesi dei laboratori pratici. Acedido em 17/03/2019, em: file:///C:/Users/Ilivriano%20Delgado/Downloads/doc_155337.pdf

ONU (1978) – Declaração Universal dos Direitos Humanos (D.U.D.H). Acedido em 07/06/20189, em: http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf

ONU (1966) – Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP). Acedido em 06/07/2019, em: http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf

ONU (1966) – Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Acedido em 06/07/2019, em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf

ROLDÃO, M. (1995) - *O diretor de turma e a gestão curricular*. Editora: Instituto de Inovação Educacional. Lisboa.

ROLDÃO, M. (1999) - *Gestão curricular: fundamentos e práticas*. Ed. Ministério da Educação. Lisboa.

ROLDÃO, M. e ALMEIDA, S. (2018) – *Gestão curricular: Para a autonomia das Escolas e dos Professores*. Direção Geral da Educação. Lisboa.

SDEIE (2014) – *CrITÉrios para a admissÃO de candidatos à leCionação de Educação Moral Religiosa Católica*. Porto. Acedido em 11/04/2019, em: <http://www.emrcporto.pt/concursos/perfil-do-professor>

SILVA, M. (2007) – *O Diretor de turma e a gestão curricular no conselho de turma: Consenso ou conflito?* Estudo do papel do Diretor de Turma em contextos sociais distintos na região Centro do país. Universidade Portucalense. Porto.

TEIXEIRA, A., COSTA, G. e MAIA, P. (2015) – *Ensino da religião nas escolas públicas em Portugal*. Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa. Acedido em 08/07/2019, em: http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/10/CEDIS-working-paper_DER_Ensino-da-Religi%C3%A3o-nas-Escolas-P%C3%BAblicas-em-Portugal.pdf

8. Anexos

Os recursos que aqui apresento, dizem respeito a UL1: “A Dignidade da vida Humana”, quanto a sua programação, planificação e execução. Os restantes recursos encontram-se disponíveis para consulta no suporte digital que acompanha este relatório.

8.1. Documentos da Gestão de Currículo

8.1.1. Planificação Anual e por Período

Planificação anual 1º Período

9 ° ANO | Unidade Letiva 1 - A Dignidade da Vida Humana

METAS	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	1. Reconhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.	<ul style="list-style-type: none"> · A vida como dádiva de Deus e primordial direito humano; · Dignidade e inviolabilidade da vida humana: declarações de direitos e perspetiva da Igreja Católica; · A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores.
M. Reconhecer a proposta do agir ético em situações vitais do quotidiano.	2. Compreender o valor da vida.	· A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto.
	3. Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.	<ul style="list-style-type: none"> · Os grupos minoritários ou «não produtivos»; · A problemática da igualdade e da discriminação. · Os preconceitos sociais e religiosos face a: <ul style="list-style-type: none"> – Os estrangeiros e a xenofobia; ideologias racistas; genocídios; – Os membros de religiões minoritárias e o fanatismo religioso;

		<ul style="list-style-type: none"> –Os portadores de deficiência; –Os idosos; –Os doentes terminais; <p>·A falta de responsabilidade dos adultos face às crianças.</p>
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	4. Conhecer a posição da Igreja Católica face à dignidade da vida humana.	·Cada pessoa deve considerar o próximo como “outro eu”, respeitá-lo e rejeitar tudo o que viola a integridade pessoal e social
E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.	5. Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.	·Valorização a vida, tornando-se próximo de quem precisa.
M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.	6. Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.	<ul style="list-style-type: none"> ·A fraternidade humana, centro das escolhas morais. ·A atenção e o cuidar da vida dos mais necessitados no contexto em que se vive. ·O empenho pessoal na denúncia dos atentados à dignidade da vida humana. ·A participação em grupos e organizações de defesa e promoção da vida.
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.	7. Relacionar os dados da ciência, sobre a questão do início da vida humana, com a perspectiva da Igreja.	<ul style="list-style-type: none"> ·O início da vida humana: <ul style="list-style-type: none"> – O que diz a ciência; – O que mostra a reflexão cristã; –Diferentes perspetivas sobre: a fecundação; a viabilidade da vida humana; o nascimento. ·O aborto: <ul style="list-style-type: none"> –Noção de aborto e de Interrupção Voluntária da Gravidez; –Relação entre nível moral e nível jurídico de apreciação do aborto. ·A eutanásia: <ul style="list-style-type: none"> –Noções e perspetivas. –A dignidade da pessoa humana na doença e na velhice.

Planificação anual
2º Período

9º ANO | Unidade Letiva 2 - Deus, o grande Mistério

METAS	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
A. Compreender o que são: o fenómeno religioso e a experiência religiosa.	1. Equacionar respostas fundamentadas sobre a existência de Deus, desenvolvendo uma posição pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> · O acreditar e o confiar humanos; · A problemática da existência de Deus: crença e razão; · As várias formas da recusa de Deus: ateísmo, agnosticismo e relativismo; · Acreditar em Deus: acolher e confiar no sentido último da vida; · Os vários elementos constitutivos do fenómeno religioso.
C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.	2. Identificar as representações de Deus no Judaísmo e em Jesus de Nazaré.	<ul style="list-style-type: none"> · A fé em Deus e as representações de Deus: <ul style="list-style-type: none"> – Representações de Deus no Antigo Testamento: o Judaísmo; – O Deus de Jesus Cristo: o Cristianismo. · De um Deus de um povo até um Deus universal e inequivocamente bom.
B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. J. Descobrir a simbólica cristã.	3. Destacar a bondade e a grandeza de Deus.	<ul style="list-style-type: none"> · A imensidão e bondade de Deus · A fé como confiança e entrega; · A fé cristã: <ul style="list-style-type: none"> – Uma experiência de encontro; – Um apelo à esperança, contra todos os sinais de desespero; – Um apelo à construção de um mundo solidário.
I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.	4. Descobrir, em factos sociais e acontecimentos históricos, as transformações provocadas pela vivência da fé.	O bem comum na transformação da sociedade.

Planificação anual
3º Período

9º ANO | Unidade Letiva 3 – O Projeto de Vida

METAS	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
Q. Reconhecer, a dignidade da pessoa humana.	1. Identificar a necessidade e a importância dos projetos na vida pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> · Definição de projeto: <ul style="list-style-type: none"> – Objetivos e metas pessoais; – Estratégias facilitadoras; – Agir em conformidade; · Projetos pessoais, de grupos e de instituições; · Projeto e/ou projetos? · Vocação e profissão.
	2. Reconhecer os valores necessários à concretização de projetos de vida verdadeiramente humanos.	<ul style="list-style-type: none"> · Os grandes objetivos do ser humano, sonhos da humanidade: <ul style="list-style-type: none"> – A felicidade própria e alheia; – A construção de uma sociedade justa e solidária: a denúncia da injustiça e a participação ativa na construção do bem comum. · As várias opções de vida e a “Opção fundamental”. · O papel dos bens materiais na construção de projetos pessoais. · Riscos e limitações da procura da felicidade centrada apenas na preocupação do ter; · Uma perspetiva equilibrada para a satisfação das necessidades materiais: <ul style="list-style-type: none"> – o valor do estudo, do trabalho e do esforço; – a importância da partilha de dons e de bens.
B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história. C. Identificar o núcleo central as várias tradições religiosas.	4. Reconhecer a Fé como elemento constitutivo da experiência de felicidade.	<ul style="list-style-type: none"> · A felicidade. · O princípio da felicidade humana: <ul style="list-style-type: none"> – o amor a Deus e ao próximo (Judaísmo/Cristianismo); – o amor aos inimigos (Cristianismo); – a prática da justiça, da verdade e das boas obras (Islão); – a superação da dor e infelicidade humanas (Budismo); – a realização do Dharma (Hinduísmo); – a preservação da ordem cósmica e do fator humano (Confucionismo).

8.1.2. Gestão Curricular

1º Período – 13 aulas (17-09-2018 / 14-12-2018)		
UL 1 – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA		
DATADA AULA	CONCEITO ORGANIZADOR	CONTEÚDOS
17/09/2018	Apresentação do(s) Professor(es) e dos Alunos Considerações gerais da disciplina de EMRC	Apresentação do(s) professor(es) e dos Alunos Fichas biográficas As três Unidades Letivas
24/09/2018	Critérios de Avaliação em EMRC e Regulamento Interno.	- Aprendizagens Essenciais; - Critérios de avaliação e atitudes a ter nas aulas - Direitos e deveres no Regulamento Interno
01/10/2018	UL 1 – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA:	- Introdução a UL 1 A Dignidade da Vida Humana - A dignidade da pessoa humana: Etimologia, conceito, A dignidade segundo a DUDH, na Constituição da R. Portuguesa e CDFUE e Perspetivas religiosas. O valor da vida humana no Hinduísmo, no Budismo, no Islão, no Judaísmo e no Cristianismo.
08/10/2018		- A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto - Dar a própria vida pelo outro:
15/10/2018		- A problemática da igualdade e da discriminação. - Os grupos minoritários; - Os preconceitos sociais e religiosos: xenofobia, ideologias racistas, genocídios, fanatismo;
22/10/2018		- O agir ético perante situações de discriminação e preconceito: Os portadores de deficiências; Os idosos;
29/10/2018		- O agir ético perante situações de discriminação: Os doentes terminais que muitas vezes são maltratados, ignorados e desrespeitados: Eutanásia - Análise crítica ao agir ético dos adultos

		face aos adolescentes.
05/11/2018		- O amor ao próximo numa perspectiva cristã. -Reconhecimento da corresponsabilidade social, numa sociedade cada vez mais individualista.
12/11/2018		- Atentados à dignidade da vida humana: - Fome; Guerras; Desigualdade social; Grupos e organizações de defesa da dignidade da vida: - ONG- AMI; Cruz Vermelha; Unicef
19/11/2018		- Verificação das aprendizagens Correção da ficha de avaliação e eventuais remediações
26/11/2018		- O início da vida humana: O que diz a ciência e o que mostra a reflexão cristã. - Diferentes perspetivas sobre: Fecundação; Viabilidade da vida humana; Nascimento.
03/12/2018		- O aborto/IVG: O que é: Distinção entre aborto espontâneo, cirúrgico e IVG - A legislação Portuguesa sobre o aborto/IVG as alterações desde 1984 até a sua legalização em 2007. - As implicações de uma Interrupção Voluntária da Gravidez: Para a mulher; para o feto; para a dignidade da vida humana.
10/12/2018	Autoavaliação e de Heteroavaliação	- Conclusão do estudo da UL1 - Análise e discussão dos registos da Ficha de Autoavaliação e de Heteroavaliação.

2º PERÍODO – 12 AULAS (3-01-2019 / 5-04-2019)
UL 2 – DEUS, O GRANDE MISTÉRIO


DATADA AULA	CONCEITO ORGANIZADOR	CONTEÚDOS
07/01/2019	2 – DEUS, O GRANDE MISTÉRIO	- Introdução UL2: “Deus, o Grande Mistério” - A problemática da existência de Deus: crença e razão;
14/01/2019		-Os vários elementos constitutivos do fenómeno religioso.
21/01/2019		As várias formas da recusa de Deus: Ateísmo, agnosticismo e relativismo;
28/01/2019		- Aristides de Sousa Mendes perante o holocausto: Reforço e preparação da atividade de enriquecimento Curricular e integração na comunidade educativa de

		Grijó
04/02/2019		Instituições de origem religiosa (Missionários Espiritanos) empenhadas no bem comum e na transformação da Sociedade.
11/02/2019		O realismo dos ídolos face a questão de Deus.
18/02/2019		A fé em Deus e as representações de Deus: - Judaísmo e Cristianismo, Budismo, Islamismo.
25/02/2019		- Verificação das aprendizagens Correção da ficha de avaliação e eventuais remediações.
11/03/2019		-A fé numa perspetiva social - Conclusão do estudo da UL2- “Deus, o grande mistério
18/03/2019	UL 3 – O PROJETO DE VIDA	- Introdução à UL3- O PROJETO DE VIDA Definição de projeto: Projetos pessoais, de grupos e de instituições;
25/03/2019		- Vocação e profissão.
01/04/2019	Autoavaliação e de Heteroavaliação	- Análise e discussão dos registos da Ficha de Autoavaliação e de Heteroavaliação.
3º PERÍODO – 12 AULAS (23-04-2019 / 5-06-2019) UL 3 – O PROJETO DE VIDA		
DATADA AULA	CONCEITO ORGANIZADOR	CONTEÚDOS
29/04/2019	UL 3 – O PROJETO DE VIDA	- As várias opções da vida e a “Opção fundamental”.
06/05/2019		- O papel dos bens materiais na construção dos projetos pessoais.
13/05/2019		- O princípio da felicidade humana
20/05/2019		- Verificação de aprendizagens - Correção da ficha de avaliação e eventuais remediações
27/05/2019		- Conclusão do estudo da UL3- O Projeto de vida
03/06/2019		Autoavaliação e Heteroavaliação.

8.2. Sequência do processo ensino-aprendizagem


8.2.1. Planificação aula a aula da UL1: “A Dignidade da vida Humana”.

8.2.1.1. Planificação da 3ª Aula

 <p>Agropamento de Escolas de Julio Dinis 151397 ESCOLA BÁSICA PAULO DINIS - GUAJÓ</p>		<p align="center">Disciplina de E.M.R.C.</p> <p align="center">UL N° 1: "A dignidade da pessoa humana" 1ª aula</p> <p align="center">- 9º A</p>		<p align="center">3ª Aula 01/10/2018</p> <p align="center">50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENEUTICO: Análise da dignidade da vida humana na perspectiva da DUDH, da Constituição da R. Portuguesa, CDFUE e ainda nas diversas religiões.</p>				
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: A vida como dádiva de Deus e um direito primordial; A vida humana como um bem inviolável; Os factos sociais sobre a situação de grupos minoritários; A vida humana desde a sua concepção até à morte natural; O núcleo central do cristianismo; Ações promotoras da dignidade da vida humana.</p>				
<p>TEMAS ORGANIZADORES</p> <p>1- A dignidade da pessoa humana.</p>		<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a Etimologia e o conceito da dignidade humana. - (Re)conhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais. - Analisar a dignidade humana na perspectiva da D. U. D. H; Da Constituição da República Portuguesa; Da C. D. Fundamentais da União Europeia - Identificar o valor da vida humana nas Religiões: Hinduísmo, Budismo, Islão, Judaísmo e Cristianismo. 	<p>CONTEÚDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> -Dignidade vem do latim dignitas - virtude, honra, consideração. Pelo simples facto de ser humana, a pessoa goza de valor inestimável e merece todo o respeito. -A vida como dádiva de Deus (O Deus criador referenciado em todos as religiões) e primordial direito humano: A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores. -Artigo 1º da D. U. D. H; -Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa; -Artigo 1º da C. D. Fundamentais da União Europeia; <p>O valor da vida humana no Hinduísmo, no Budismo, no Islão, no Judaísmo e no Cristianismo.</p>	<p>AVALIAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> -Observação informal: Atitudes; Comportamentos - G-relha de observação: Materiais: Manual e Caderno diário; Intervenções dos Alunos; -Domínio da Língua Portuguesa
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <p>Expositivo Diálogo</p>		<p>SUMÁRIO</p> <p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: A dignidade da pessoa humana: Etimologia, conceito, segundo a DUDH, na Constituição da R. Portuguesa e CDFUE e Perspetivas religiosas.</p>		

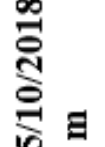
TEMAS ORGANIZADOS	OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIAÇÃO
1. A dignidade e da pessoa humana.	<p>- Conhecer a Etimologia e o conceito da dignidade humana.</p> <p>-(Re)conhecer a dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.</p> <p>-Analisar a dignidade humana na perspectiva da D. U. D. H; Da Constituição da República Portuguesa;</p> <p>Da C. D. Fundamentais da União Europeia</p> <p>- Identificar o valor da vida humana nas Religiões.</p> <p>-Valorizar a vida humana</p>	<p>-Dignidade vem do latim dignitas - virtude, honra, consideração. Pelo simples facto de ser humana, a pessoa goza de valor inestimável e merece todo o respeito.</p> <p>-A vida como dádiva de Deus (O Deus criador referenciado em todos as religiões) e primordial direito humano: A vida: condição de possibilidade de todos os outros valores.</p> <p>-Artigo 1º da D. U. D. H;</p> <p>-Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa;</p> <p>-Artigo 1º da C. D. Fundamentais da União Europeia;</p> <p>O valor da vida humana no Hinduísmo, no Budismo, no Islão, no Judaísmo e no Cristianismo.</p> <p>Música: Refrão - Se tempo é dinheiro eu vou gastá-lo contigo, Até porque o tempo é tudo o que tenho para te dar. Eu acho que o mundo inteiro concorda comigo...</p>	<p>- Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda a entrada de todos os alunos e os saúda com “Bom dia”</p> <p>-Resisto do Sumário nos cadernos</p> <p>-Conhecimento do conceito da dignidade da pessoa humana, proporcionando espaço de diálogo.</p> <p>-Análise da dignidade e inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais e proporcionando espaço de diálogo.</p> <p>-Análise da dignidade da pessoa humana na perspectiva da D.U.D.H, CRP e CDFUE, proporcionando espaço de diálogo.</p> <p>-Leitura e interpretação do artigo no Manual de 9ºAno na Pg. 11, 12 e 13.</p> <p>- Visualização e interpretação de um vídeo sobre um caso de desrespeito da dignidade de uma pessoa.</p> <p>-Exploração da dignidade da pessoa humana nas Religiões</p> <p>Para concluir a aula iremos cantar a música “Se o tempo é dinheiro” que aborda o tema da valorização do próximo como um ser humano.</p> <p>- Desafio: Os Alunos irão pesquisar sobre a vida e obra Martin Luther King e escreverem no máximo 5 linhas para trazerem na próxima Votos de uma boa semana.</p>	<p>-C. D</p> <p>-PPT</p> <p>-PPT</p> <p>-PPT</p> <p>-Manual de 9ºAno</p> <p>-Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=z0C-1oJgYA</p> <p>PPT</p> <p>Guitarra</p> <p>Letra da música</p>	<p>5m</p> <p>35m</p> <p>10m</p>	<p>- Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>- Grelha de observação</p> <p>: Materiais: Manual e Caderno diário</p> <p>Intervenções dos Alunos;</p> <p>-Domínio da Língua Portuguesa</p>

8.2.1.2. Planificação da 4ª Aula

 <p>Agrupamento de Escolas de Júlio Dinis 151397 ESCOLA BÁSICA JÚLIO DINIS - 9º ANO</p>	<p><i>Disciplina de E.M.R.C.</i> <i>UL N.º 1: “A dignidade da vida humana” 2ª aula</i> <i>- 9º A</i></p>	<p>4ª Aula 08/10/2018 50 m</p>	
<p>ESQUEMA HERMENÉUTICO: Compreender o valor da vida e evidenciar algumas personagens que deram a própria vida em prol do outrem, na perspetiva humanista e social.</p>			
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>			
<p>TEMAS ORGANIZADORES</p>	<p>OBJETIVOS</p>	<p>CONTEÚDOS</p>	
<p>O Valor da vida Humana</p>	<p>- Compreender o valor da vida.</p>	<p>- A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto</p> <p>- Dar a própria vida pelo outro:</p>	
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p>		<p>SUMÁRIO</p>	<p>AVALIACAO</p>
<p>Exploração visual de uma obra de arte Intervenção dos Alunos Diálogo</p>	<p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: O valor da vida e testemunhos de pessoas que deram a vida em prol de outrem.</p>	<p>-Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>-Grelha de observação/ registo: Materiais: Livro e Caderno diário; Intervenções dos Alunos; TPC;</p> <p>-Domínio da Língua Portuguesa</p>	


TEMAS ORGANIZADORES	OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIÇÃO
1. O valor da vida Humana	- Compreender o valor da vida.	- A vida humana, um valor primordial, mas não absoluto;	<p>- Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda à entrada de todos os alunos e os saúda com “Bom dia” e questionando como foi a semana.</p> <p>- Registo do Sumário nos cadernos</p> <p>- Realização de um breve resumo da aula passada, com intervenção educativa do professor.</p> <p>- Leitura e interpretação do texto do livro do 9º Ano pg.17, para analisarmos o valor da vida humana. Será oportuno relembrar o que foi dito na aula passada, que sem a vida os outros valores caem. Apesar de ser o valor primeiro, a vida pode não ser um valor supremo.</p> <p>- Exploração do quadro: “The Menin Road” que é uma grande pintura a óleo de Paul Nash, concluída em 1919, que retrata um campo de batalha da Primeira Guerra Mundial.</p> <p>Os alunos serão questionados sobre o que vêem, ou seja, o tema do quadro, descobrir os pormenores do quadro, sobre o que o autor queria transmitir.</p> <p>- Pretende-se que se chega a seguinte conclusão: onde não há respeito pela vida, não há vida, não há dignidade, que a vida não é absoluta, mas sim um valor primordial.</p> <p>Uma vez que valorizar a vida não é somente no âmbito pessoal passaremos a apresentar alguns testemunhos de vida em prol da vida de outrem:</p> <p>- Testemunho de Martin Luther King, em que serão os próprios alunos a apresentarem a vida e a obra de Martin pondo em prática o Desafio da aula passada.</p> <p>- Visualização/interpretação do vídeo: “I HAVE A DREAM”.</p> <p>Será que ainda hoje a nossa sociedade é desigual, quer a nível racial, como no género (feminino e masculino)?</p> <p>- Testemunho de Malala Yousafzai uma menina de 20 anos que lutou pela libertação e educação de meninas sequestradas pelo estado Islâmico e privadas de educação.</p> <p>- Para terminar este ponto de modelos/ testemunhos o Professor irá fazer o testemunho de Aristides Sousa Mendes como forma de introdução a nossa atividade do dia 23 de janeiro de 2019.</p> <p>Desafio para próxima aula: Pesquisar sobre preconceito, xenofobia, racismo, genocídios e fanatismo religioso. - Conclusão da aula e votos de uma boa semana</p>	<p>- Caderno diário</p> <p>PPT</p> <p>- Livro do 9º Ano; pg17</p> <p>- PPT</p> <p>Obra “The Menin Road”;</p> <p>Video: https://www.youtube.com/watch?v=fz_7IuovxPc</p> <p>PPT</p>	10m 15m 20m	<p>- Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>- Grilha de observação / registo: Materiais: Livro e Caderno diário</p> <p>Intervenções dos Alunos e TPC</p> <p>- Domínio da Língua Portuguesa</p>
	- Dar a própria vida pelo outro:				5m	

8.2.1.3. Planificação da 5ª Aula


	<p align="center">Disciplina de E.M.R.C. UL Nº 1: “A dignidade da vida humana” 3ª aula - 9º A</p>	<p align="center">5ª Aula 15/10/2018 50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENEUTICO: Interpretação crítica de factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social, numa perspetiva histórica, humanista, social e religiosa.</p>		
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>		
<p>TEMAS ORGANIZADORES</p>	<p>OBJETIVOS</p>	<p>CONTEÚDOS</p>
<p>A dignidade da pessoa humana.</p>	<p>- Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social</p>	<p>- A problemática da igualdade e da discriminação.</p> <p>- Os grupos minoritários;</p> <p>- Os preconceitos sociais e religiosos: xenofobia, ideologias racistas, genocídios, fanatismo;</p>
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <p>Diálogo Intervenção dos Alunos Trabalho de Grupo</p>	<p>SUMARIO</p> <p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: Interpretação crítica de factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social. Trabalho de grupo.</p>	<p>AVALIAÇÃO</p> <p>- Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>- Grelha de observação/ registo: Materiais: Livro e Caderno diário; Intervenções dos Alunos; TPC;</p> <p>- Avaliação dos trabalhos de Grupo</p> <p>- Domínio da Língua Portuguesa</p>

TEMAS ORGANIZADORES	OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AValiação
A dignidade da pessoa humana.	- Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social	- A problemática da igualdade e da discriminação. - Os grupos minoritários;	- Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda à entrada de todos dos alunos e os saúda com “Bom dia” e questionando como foi a semana. - Registo do Sumário nos cadernos - Realização de um breve resumo da aula passada: Flashback com intervenção dos alunos e intervenção educativa do professor e registo no caderno das conclusões. Numa abordagem crítica iremos falar da problemática da igualdade e da discriminação que os grupos minoritários são alvo e de que forma isto põe em causa a dignidade da pessoa humana. Para melhor salientar a desigualdade e discriminação: visionamento e reflexão crítica da mensagem expressa num vídeo da Cruz Vermelha Portuguesa sobre um testemunho de um refugiado acolhido em Portugal. Reconhecimento dos grupos minoritários sempre na dinâmica de diálogo e incentivando a participação dos alunos com afeição e organização das ideias, intervenção educativa do professor para orientar a coerência da fundamentação. - Para falarmos sobre os preconceitos sociais e religiosos, xenofobia, ideologias racistas e genocídios, o professor fará uma introdução ao tema, questionando e dialogando com os alunos e depois será realizado um trabalho de grupo. O primeiro passo é formar grupos de cinco, escolher um porta voz, que é o líder do grupo e o secretário. A cada grupo será atribuído uma frase, ao qual farão uma leitura e análise, depois identificam de forma objetiva o assunto versado e ainda irão comentar a frase criticamente com a definição do assunto; podem usar os textos do livro de 9º Ano pg. 23-26 como suporte para orientarem a reflexão. Todos deverão fazer um registo escrito das conclusões nos cadernos diários e somente o Porta voz entrega o trabalho final ao docente.	- Caderno diário - PPT - Livro do 9º Ano Pg21 - Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=XvoUC&cCWI - PPT - Livro do 9º Ano Pg23-26 - Caderno diário e caneta	9m 10m 30m	- Observação informal: Atitudes; Comportamentos - Grelha de observação / registo: Materiais: Livro e Caderno diário Intervenções dos Alunos - Domínio da Língua Portuguesa - Avaliação do desempenho dos trabalhos de Grupo
			- Conclusão da aula e votos de uma boa semana		1m	

8.2.1.4. Planificação da 6ª Aula

	<p><i>Disciplina de E.M.R.C.</i> <i>UL N.º 1: “A dignidade da vida humana” 4ª aula de 9 da UL</i> <i>- 9º A</i></p>	<p>6ª Aula 22/10/2018 50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENÉUTICO: Interpretação crítica do agir ético perante situações de discriminação e preconceito e em situações do quotidiano, numa perspetiva histórica, humanista, social e dos Direitos Humanos.</p>		
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Percêber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>		
<p>TEMA ORGANIZADOR</p>	<p>OBJETIVOS</p>	<p>CONTEÚDOS</p>
<p>A dignidade da vida humana: o agir ético</p>	<p>- Interpretar criticamente o agir ético perante situações de discriminação e preconceito e em situações do quotidiano.</p>	<p>- O agir ético perante situações de discriminação e preconceito: Os portadores de deficiências; Os idosos;</p>
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <p>Diálogo Intervenção dos Alunos Registos Síntese Dilemas</p>	<p>SUMÁRIO</p> <p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: Interpretação crítica do agir ético perante situações de discriminação e preconceito: Portadores de deficiências; Idosos;</p>	<p>AVALIÇÃO</p> <p>-Observação informal: Atitudes; Comportamentos, - Grelha de observação/ registo: Materiais: Livro e Caderno diário; Intervenções dos Alunos; - Avaliação dos trabalhos de Grupo - Domínio da Língua Portuguesa</p>


8.2.1.5. Planificação da 7ª Aula

	<p align="center">Disciplina de E.M.R.C. UL N.º 1: “A dignidade da vida humana” 5ª aula de 9 da UL - 9º A</p>	<p align="center">7ª Aula 29/10/2018 50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENEUTICO: Interpretação crítica do agir ético perante situações de discriminação e preconceito e em situações do quotidiano, numa perspetiva histórica, humanista, social e religiosa.</p>		
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>		
<p>TEMA ORGANIZADOR</p>	<p>OBJETIVO</p>	<p>CONTEÚDOS</p>
<p>A dignidade da vida humana: o agir ético (continuação)</p>	<p>- Interpretar criticamente o agir ético perante situações de discriminação e em situações do quotidiano.</p>	<p>- O agir ético perante situações de discriminação:</p> <p>Os doentes terminais que muitas vezes são maltratados, ignorados e desrespeitados.</p> <p>- Análise crítica ao agir ético dos adultos face aos adolescentes.</p>
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <p>Diálogo Intervenção dos Alunos</p>	<p align="center">SUMÁRIO</p> <p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: Continuação da análise crítica do agir ético perante situações de discriminação: Doentes terminais; os adultos face aos adolescentes.</p>	<p align="center">AVALIACÃO</p> <p>-Observação informal: Atitudes; Comportamentos - Grelha de observação/ registo: Materiais: Livro e Caderno diário; Intervenções dos Alunos; -Domínio da Língua Portuguesa</p>

TEMAS ORGANIZADORES	OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIÇÃO
A dignidade da vida humana: o agir ético. (Continuação)	- Interpretar criticamente o agir ético perante situações de discriminação e em situações do quotidiano.	- O agir ético perante situações de discriminação: Os doentes terminais que muitas vezes são maltratados, ignorados e desrespeitados.	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda à entrada dos alunos e os saúda com “Bom dia” e faz a chamada personalizada. - Registo do Sumário nos cadernos - Realização do resumo da aula passada: Flashback - Dando continuidade à aula passada, iremos abordar situações de discriminação, perante os doentes terminais. - Os alunos irão analisar eticamente, com a intervenção educativa do Professor, um caso real apresentado de suicídio assistido. - Os alunos serão questionados sobre: E se fosse vocês? Como agiriam? Estamos perante a eutanásia ou a distanásia? Qual é a diferença? - O que pensam sobre atitude de Maria? Porquê? Justificar - Confrontados pela doença, temos dignidade? - Posição médicos/objetores de consciência? - Serão obrigados a colaborar na eutanásia e na distanásia? - Resistir no caderno o que é a Eutanásia e distanásia - Para analisarmos criticamente o agir ético dos adultos face aos adolescentes, dos quais são responsáveis, e vise verça. os alunos responderão as seguintes questões e terão sempre a intervenção educativa do Professor. - Aham que a autoridade dos adultos perante os adolescentes retira a sua dignidade? Sim? Não? Justificar 	<p>Caderno diário</p> <p>- PPT</p> <p>Caderno Diário</p> <p>PPT</p>	<p>10m</p> <p>15m</p> <p>20m</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Observação informal: Atitudes; Comportamentos - Grelha de observação / registo; Materiais: - Livro - Caderno diário - Intervenções fundamentadas dos Alunos - Domínio da Língua Portuguesa

			<p>eticamente.</p> <p>Porque a educação, disciplina, regras são fatores que dignificam uma pessoa.</p> <p>Na rua posso não ser responsável por alguém e agir com sentido ético?</p> <p>-Quais são as causas da falta da responsabilidade/ educação dos adultos face os adolescentes?</p> <p>- Quais são as consequências?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Delinquência; - Falta de valores e sentido de responsabilidade; - Violência infantil: exploração uma imagem sobre a violência infantil. - Num último instante a pedofilia – uma vez que muitos pedófilos agem nas redes sociais e se os pais não têm um controle, não determinam regras e limites, os seus filhos podem cair nas mãos dos pedófilos. <p>- Conclusão da aula com uma música que faz uma síntese geral da aula e votos de uma boa semana.</p>	<p>Música: No Somam no cry Bobe Marly Adaptação do Prof. Ilivriano Delgado</p>	<p>5m</p>	
--	--	--	--	--	-----------	--


8.2.1.6. Planificação da 8ª Aula

		<p align="center">Disciplina de E.M.R.C. UL N° 1: "A dignidade da vida humana" 6ª aula de 9 da UL - 9º A</p>		<p align="center">8ª Aula 05/11/2018 50 m</p>	
<p>ESQUEMA HERMENEÚTICO: Análise exegético da Parábola do bom Samaritano numa perspetiva histórica, social, religiosa e sua atualização. O objetivo é de compreender o que é o amor ao próximo que por sua vez nos remete a corresponsabilidade social.</p>					
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>					
TEMA ORGANIZADOR		OBJETIVOS		CONTEÚDOS	
<p>-Ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade</p>		<p>- Analisar, na perspetiva cristã, o amor ao próximo.</p> <p>- Reconhecer a corresponsabilidade social como forma de promoção da dignidade da vida humana.</p>		<p>- O amor ao próximo numa perspetiva cristã.</p> <p>-Reconhecimento da corresponsabilidade social, numa sociedade cada vez mais individualista.</p>	
METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS		SUMARIO		AVALIACAO	
<p>Diálogo Intervenção fundamentada dos Alunos</p>		<p>UL 1 A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA: Análise exegético da Parábola do bom Samaritano, a amor ao próximo e a corresponsabilidade social.</p>		<p>-Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>- Grelha de observação/ registo: Materiais: Livro e Caderno diário; Intervenções fundamentadas dos Alunos;</p> <p>-Domínio da Língua Portuguesa</p>	

TEMA ORGANIZADO	OBJECTIVOS	CONTEÚDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIAÇÃO
<p>-Ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>	<p>- Analisar, na perspectiva cristã, o amor ao próximo.</p>	<p>- O amor ao próximo numa perspectiva cristã.</p>	<p>- Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda à entrada dos alunos e os saúda com “Bom dia” e faz a chamada personalizada; - Registo do Sumário nos cadernos - Realização de um breve resumo da aula passada: Flashback</p> <p>- Leitura da Parábola por três Alunos: Narrador, Doutor da lei e Jesus; - Discussão sobre o tema central da Parábola: - Quem foi o próximo? - Depois do parecer dos alunos, faremos a contextualização da Parábola, onde iremos confrontar as opiniões proferidas com o enquadramento histórico-social: - Onde desenrola a parábola? Em Jerusalém - Qual é a personagem central da parábola? O desvalido - Sabemos o seu nome, estatuto social? Não. Então o próximo pode ser qualquer um, sem distinção. - Quem é que passa primeiramente pelo desvalido? O sacerdote que exerce funções importantes no templo: sacrifícios e o Levita, que também exerce funções no templo, que é uma espécie de sacerdote de segunda. - Quais serão as ações do Sacerdote e do Levita? Sacerdote viu o desvalido, mas passou pelo lado oposto. Evitou demoras, chatices, incómodos, impureza ritual (Lei Judaica). Levita também viu, mas passou pelo lado oposto. - Portanto temos de ter atenção para não sermos reconhecidos como aqueles que simplesmente passaram ao lado, que ignoram, que são meros espetadores. - Depois deste percurso podemos retirar as seguintes conclusões: - O próximo pode ser qualquer pessoa.</p>	<p>- Caderno diário</p> <p>- PPT - Parábola do Bom Samaritano - Quadro e marcador</p>	<p>7m</p> <p>30m</p>	<p>- Observação informal: Atitudes; Comportamentos</p> <p>- Grelha de observação / registo: Materiais: Livro e Caderno diário Intervenções fundamentadas dos Alunos</p> <p>- Domínio da Língua Portuguesa</p>


	<p>- Reconhecer a corresponsabilidade social como forma de promoção da dignidade da vida humana.</p>	<p>Reconhecimen to da corresponsabi lidade social, numa sociedade cada vez mais individualista.</p>	<p>- Não podemos passar ao lado da quem precisa de nós, mas sim sermos próximos. - O ser humano não é uma coisa, mais uma coisa e muito menos uma coisa a mais, mas sim um ser único e que tem dignidade. - Análise da ação do Samaritano com o desvalido. - Quem é a outra personagem da parábola? O samaritano - Quais foram as ações que ele fez? (1) veio até junto dele, (2) viu-o, (3) encheu-se de compaixão, (4) aproximou-se, (5) ligou-lhe as suas feridas, (6) derramou óleo e vinho, (7) colocou-o na sua propria montada, (8) levou-o para uma hospedaria, 9) cuidou dele. - Então o que significa o amor ao próximo? As ações do Samaritano definem exatamente o que é o amor ao próximo Porque é que o Samaritano cuidou do desvalido? Ele quebrou as barreiras do preconceito, da lei. A pessoa do outro (Filosofia do Rosto de Levinas), o desvalido, chamou-o à corresponsabilidade, patente na expressão: “Encheu-se de compaixão” Conclusão: A pessoa do outro apela minha ajuda, minha responsabilidade e respeito. A minha humanização está no relacionamento, no contacto com o próximo. Devemos ter um sentido de corresponsabilidade social contrariando o individualismo.</p>	<p>PPT - Parábola do bom Samaritano - Quadro e marcador</p>	<p>10m</p>	<p>3m</p>
<p>- Conclusão da aula: Atualização da parábola Votos de uma boa semana a todos</p>						

8.2.1.7. Planificação da 9ª Aula

 <p>Agrupamento de Escolas de Julio Dinis 151397 ESCOLA BÁSICA JULIO DINIS - GRUPO</p>	<p><i>Disciplina de E.M.R.C.</i> <i>UL N.º 1: "A dignidade da vida humana" 7ª aula de 9 da UL</i> <i>- 9º A</i></p>	<p>9ª Aula 12/11/2018 50 m</p>	
<p>ESQUEMA HERMENEUTICO: A dignidade da vida humana, identificação de atentados e defesa da vida.</p>			
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua concepção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>			
<p>TEMAS ORGANIZADORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atentados à dignidade da vida humana. - Defesa da dignidade da vida humana 	<p>OBJETIVOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Denunciar atentados à dignidade da vida humana - Identificar grupos e organizações de defesa da dignidade da vida humana. 	<p>CONTEÚDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atentados à dignidade da vida humana: <ul style="list-style-type: none"> - Fome - Guerras - Desigualdade social - Grupos e organizações de defesa da dignidade da vida: <ul style="list-style-type: none"> - ONG- AMI - Cruz Vermelha - Unicef 	
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diálogo - Dinâmica de aula 		<p>SUMÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atentados à dignidade da vida humana - Instituições/organizações na defesa da dignidade da vida humana. 	<p>AVALIAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Intervenção educativa - Observação direta/registro da participação solicitada e espontânea - Observação das atitudes; - Questões - Domínio da Língua Portuguesa


<p>- Defesa da dignidade da vida humana</p>	<p>- Identificar grupos e organizações de defesa da vida.</p>	<p>- Grupos e organizações de defesa da vida: - ONG- AMI - Cruz Vermelha - Unicef</p>	<p>Para introduzir o tema da defesa da vida, o professor realça que assim como detetamos atentados à dignidade da vida, podemos também identificar organizações de defesa da dignidade da vida e neste sentido explica o que são as ONGs: são organizações sem fins lucrativos, constituídas formalmente e autonomamente, caracterizadas por ações de solidariedade em prol de populações excluídas. O professor questiona os alunos: -A vida deve ser defendida? Porquê? = Como defender a vida? Para consolidarmos as aprendizagens, o professor fala sobre uma ONG perto da nossa realidade, que é a AMI, que cuida dos sem abrigo nas ruas do Porto e Gaia, numa unidade móvel, devidamente equipada, prestam apoio social, psicológico, jurídico e de saúde, de forma digna e personalizada, respeitando a privacidade de cada indivíduo.</p> <p><u>-Dinâmica de aula:</u> Os alunos irão expressar o que entenderam ou o que pensam sobre o tema, atendado ou defesa da vida, através do que eles mais gostam de fazer: um desenho, uma frase, um diálogo, uma poesia, letra de uma música, etc.</p> <p>-Comunicação da realização, na próxima aula, de uma ficha de consolidação de conhecimentos da unidade letiva.</p> <p>Votos de uma boa semana a todos</p>	<p>15m</p>	<p>Caderno diário Caneta e lápis 10m 4m</p>
---	---	--	---	------------	--

8.2.1.8. Planificação da 11ª Aula

		<p align="center">Disciplina de E.M.R.C. UL Nº 1: “A dignidade da vida humana” 8ª aula de 9 da UL - 9º A</p>		<p>11ª Aula 26/11/2018 50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENEÚTICO: Início da vida humana, na perspetiva científica e cristã.</p>				
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua conceção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>				
TEMA ORGANIZADOR		OBJETIVOS	CONTEÚDOS	
O Início da vida humana		<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o início da vida humana, na perspetiva científica e cristã. 	<ul style="list-style-type: none"> - O início da vida humana: <ul style="list-style-type: none"> - O que diz a ciência; - O que mostra a reflexão cristã. - Diferentes perspetivas sobre: <ul style="list-style-type: none"> Fecundação; Viabilidade da vida humana; Nascimento. 	
METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS		SUMÁRIO	AVALIAÇÃO	
<ul style="list-style-type: none"> - Monotorização da avaliação - Diálogo - Visualização e interpretação de vídeos 		Entrega e monotorização da avaliação Diálogo entre a cultura e a fé: O início da vida humana	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização formalizada das classificações - Observação direta/registo da participação solicitada e espontânea - Observação das atitudes; - Domínio da Língua Portuguesa 	

TEMA ORGANIZADOR	OBJECTIVO	CONTEUDOS	ESTRATÉGIAS / ATIVIDADES	RECURSOS	TEMPO	AVALIAÇÃO
			<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento dos Alunos, o professor aguarda a entrada dos alunos e os saúda com “Bom dia” e faz a chamada personalizada; - Registo do sumário. - Entrega da ficha de avaliação e monitorização da avaliação: O professor, ao entregar as fichas de avaliação e com a intervenção educativa, identifica e esclarece as dificuldades sentidas pela turma e faz as remediações necessárias. - Na aula da segunda feira, para falarmos sobre o início da vida humana, o Professor fará a ligação aos conteúdos já lecionados, recordando que a dignidade da vida humana é inerente ao ser humano. Neste sentido irá falar sobre a fecundação e o desenvolvimento embrionário; - Visualização e interpretação do vídeo: a vida humana no útero. Assim sendo o Docente inicia um debate de ideias questionando os alunos: - Quando é que se inicia a vida? Na fecundação? Quando já tem o coração a bater? Quando nasce? - Visualização/interpretação de um vídeo sobre perspectiva de quando inicia a vida humana. - Questão aos alunos: segundo o vídeo, qual é a posição científica sobre o início da vida? É consensual? Uma vez que no vídeo fala-se sobre a perspectiva da ciência sobre o início da vida, o professor na sua intervenção educativa fala sobre a perspectiva cristã em que afirma que a vida humana tem início no momento da fecundação. 	<p>Caderno diário</p> <p>Ficha de avaliação</p> <p>Livro do 9º Ano Pg. 37</p> <p>Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=3xa8Hux9vfk</p> <p>Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=bituuCUhuaQ</p>	<p>5m</p> <p>15m</p> <p>25m</p> <p>5m</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização formalizada das classificações - Intervenção educativa - Observação direta/registo da participação solicitada e espontânea - Observação das atitudes; - Questões - Domínio da Língua Portuguesa
	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar o início da vida humana, na perspectiva científica e cristã. 	<ul style="list-style-type: none"> - O início da vida humana: - O que diz a ciência; - O que mostra a reflexão cristã. 				
		<ul style="list-style-type: none"> - Diferentes perspectivas sobre: fecundação; viabilidade da vida humana; nascimento. 	<p>Conclusão da aula com Votos de uma boa semana a todos</p>			

8.2.1.9. Planificação da 12ª Aula

	<p align="center">Disciplina de E.M.R.C. UL Nº 1:” A dignidade da vida humana” 9ª aula de 9 da UL - 9º A</p>	<p align="center">12º Aula 03/12/2018 50 m</p>
<p>ESQUEMA HERMENEUTICO: O aborto como atentado à dignidade da vida humana na perspetiva cristã.</p>		
<p>APRENDIZAGENS ESSENCIAIS: Identificar a vida como dádiva de Deus e um direito primordial; Reconhecer a vida humana como um bem inviolável; Perceber criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários e em desvantagem social onde a dignidade da vida humana se encontra ameaçada; Reconhecer a dignidade da vida humana desde a sua conceção até à morte natural; Compreender o núcleo central do cristianismo que assume o humano como Imagem e Semelhança de Deus; Participar em ações promotoras da dignidade da vida humana e de proximidade.</p>		
<p>TEMA ORGANIZADOR</p>	<p>OBJETIVOS</p>	<p>CONTEÚDOS</p>
<p>O aborto como atentado à dignidade da vida humana na perspetiva cristã</p>	<p>- Conhecer o que é o aborto</p> <p>- Analisar as implicações de uma IVG</p>	<p>- O aborto/IVG: O que é: Distinção entre aborto espontâneo, cirúrgico e IVG</p> <p>- A legislação Portuguesa sobre o aborto/IVG as alterações desde 1984 até a sua legalização em 2007</p> <p>- As implicações de uma Interrupção Voluntária da Gravidez - Para a mulher - Para o feto - Para a dignidade da vida humana</p>
<p>METODOLOGIAS PRIVILEGIADAS</p> <p>-Diálogo - Visualização e interpretação de vídeo e imagem - Debate</p>	<p>SUMÁRIO</p> <p>O aborto como atentado à dignidade da vida humana na perspetiva cristã</p>	<p>AValiação</p> <p>-Observação direta/registo da participação solicitada e espontânea -Registo do Trabalho de casa - Observação das atitudes; -Domínio da Língua Portuguesa</p>

		<p>Letra: Refrão: Quando o nosso filho crescer Eu vou-lhe dizer Que te conheci num dia de sol Que o teu olhar me prendeu E eu vi o céu E tudo o que estava ao meu redor</p>	<p>-Formação de três grupos: os indecisos, prós ou contra o aborto -Dentro do grupo cada um defende o porquê de serem indecisos, prós ou contra o aborto. -Visualização e interpretação do vídeo: testemunho de um Doutor que explica o processo abortivo. Depois do vídeo, o professor questiona os alunos: O aborto é um assassinato? O feto tem direito a vida? Quais são os riscos para a mulher? Com o debate pretende-se esclarecer que a lei do aborto não contempla a dignidade da vida humana à luz da mensagem cristã.</p> <p>Conclusão da aula com a música: Carolina Deslandes - A Vida Toda</p> <p>_____</p> <p>Informação aos alunos sobre a atividade para a próxima semana em comemoração ao dia dos direitos humanos</p> <p>Votos de uma boa semana a todos</p>	<p>Vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=K0hD8uns6Y</p> <p>Guitarra PPT</p>	<p>25m</p> <p>5m</p>
--	--	---	--	---	----------------------